Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

V Legislatura **Número: 19**

I Sessão Legislativa **Horta, Terça-feira, 25 de Maio de 1993**

Presidente: *Deputado Madruga da Costa.*

Secretários: *Deputados Manuel Brasil e Hélio Pombo.*

Sumário:

(Os trabalhos iniciaram-se às 15:05 horas)

No **Período de Antes da Ordem do Dia,** procedeu-se à leitura da correspondência entrada na Mesa da ALRA, bem como à leitura de alguns requerimentos.

Ainda neste período, foi lido um Voto de Congratulação e Saudação apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD sobre o 1º centenário da Fábrica de Cervejas e Refrigerantes João de Melo Abreu, Lda.

Neste Voto a ALRA congratula-se pela passagem deste aniversário, bem como saúda todos os sócios, Administração e Trabalhadores e manifesta o seu apreço pelo serviço, desenvolvimento e progresso prestado à população da Região.

Este Voto foi apresentado pelo Sr. Deputado José Botelho e sobre o mesmo intervieram os Srs. Deputados Paulo Valadão *(PCP)* e Silva Melo *(PS),* sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

Posteriormente, foi lido e discutido um Voto de Protesto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, visando o desrespeito do Governo Regional pela lei em vigor e com prejuízos da participação dos agentes sociais e políticos na elaboração do Plano Regional, pelo facto de não ter procedido à audição das autarquias locais.

Sobre este Voto, intervieram os Srs. Deputados Paulo Valadão *(PCP),* Dionísio de Sousa *(PS)* e Alvarino Pinheiro *(CDS/PP).*

O Voto acima referido foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Manuel Arruda *(PSD)* e Dionísio de Sousa *(PS).*

Em seguida passou-se e ainda dentro do mesmo período ao tratamento de **Assuntos de Interesse Político Relevante para a Região.** Assim proferiram intervenções a diverso título os Srs. Deputados José Maria Bairos *(PSD),* Manuel Serpa *(PS),* Álvaro Manito *(PSD),* Carlos Mendonça *(PS),* bem como o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente *(Eugénio Leal).*

Finalmente, transitou-se para o **Período da Ordem do Dia** e com a leitura de Relatórios a que se refere o artigo 119 º do Regimento da ALRA. Assim foram lidos os seguintes Relatórios:

- Relatório da Comissão Permanente de Organização e Legislação
- Relatório da Comissão Permanente de Política Geral e Assuntos Internacionais
- Relatório da Comissão Permanente de Economia, Finanças e Plano
- Relatório da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais

Após um intervalo tiveram início os debates das **Propostas de Resolução** sobre "O Plano a Médio Prazo 1993/96 da RAA" e "Plano e Orçamento da RAA para 1993".

Sobre este 2º ponto e deita a apresentação pelo Secretário Regional da Administração Pública, Finanças e Planeamento, intervieram os Srs. Deputados Dionísio de Sousa *(PS),* Jorge Cabral *(PSD),* Paulo Valadão *(PCP),* Carlos Mendonça *(PS),* Fernando Lopes *(PS),* bem como o Sr. Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia, *Gaspar da Silva.*

(Eram 20:00 horas)

Presidente: Srs. Deputados, muito boa tarde.

Agradecia que tomassem os vossos lugares, para se proceder à chamada.

(Eram 15:05 horas).

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: ***PSD -*** *Alberto Madruga da Costa, Álvaro Manito, Ana Gomes Silva, António Silveira, António Almeida, Artur Martins, Carlos Silva, Gaspar da Rosa, Humberto Melo, João Cunha, Jorge Valadão dos Santos, Maria Isaltina Amaral, Manuel Amaral, Jorge Cabral, José Fernando Gomes, José Nunes, José Gonçalo Botelho, José Maria Bairos, José Aguiar, Manuel Arruda, Manuel Brasil, Carlos Morais, Fátima Oliveira, Manuel Gil Ávila, Rosa Maria Machado, Rui Melo, Victor Cruz, Victor Evaristo;* ***PS -*** *António Silva Melo, António Gomes, Carlos Mendonça, Carlos César, Dionísio Sousa, Fernando Fonte, Fernando Menezes, Fernando Lopes, Francisco Oliveira, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Humberto Chaves, Martins Goulart, Duarte Pires, Manuel António Martins, Manuel Serpa, Mário Machado, Nélia Figueiredo, Ricardo Barros, Rogério Serpa, Rui Pedro Ávila ;* ***PCP -*** *Paulo Valadão).*

Presidente: Estão presentes 50 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão.

Pode entrar o público.

Vamos entrar no Período de Antes da Ordem do Dia com a leitura da correspondência entrada na Mesa.

Secretário *(Manuel Brasil):* Da Associação de Consumidores da Região Açores, um ofício dando conhecimento do Dia Mundial dos Direitos dos Consumidores.

(O documento acima referido encontra-se arquivado no respectivo processo).

- Da Direcção Regional do Orçamento e Contabilidade, um ofício rementendo o Orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos 1993 (Mapas Desenvolvimento)

(O documento acima referido encontra-se arquivado no respectivo processo).

- Do Secretário Geral do Parlamento Europeu, um ofício acusando uma resolução sobre a eliminação do analfabetismo nos Estados-membros da Comunidade Europeia.

(O documento acima referido encontra-se arquivado no respectivo processo).

- Do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, um ofício dando conhecimento de um esclarecimento hoje tornado público e que visa precisar algumas questões referidas num requerimento apresentado por Deputados do PSD eleitos pelo Círculo Eleitoral dos Açores na Assembleia da República

(O documento acima referido encontra-se arquivado no respectivo processo).

- Do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, um ofício solicitando a suspensão do mandato do Deputado Luís de Brito de Azevedo por mais dez dias, reassumindo as funções no próximo dia 2 de Junho.
- Do Deputado Regional do PSD, Mark Marques, uma carta solicitando a suspensão do seu mandato ao abrigo do disposto na alínea b), n.º 1 do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de Novembro - Estatuto dos Deputados a partir do dia 25 de Maio, inclusivé, e pelo o período de 10 dias, por motivos de actividade profissional.
- Do Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, um ofício comunicando que o mesmo Sr. Deputado será substituído pelo candidato não eleito pelo Círculo Eleitoral da Ilha de São Jorge, Sr. Manuel Gil Berquó Ávila, cuja verificação de poderes ocorreu no dia 16 de Novembro de 1992.

Secretário *(Hélio Pombo):* Do Sr. Deputado do Partido Socialista, Rui Pedro Ávila um requerimento do seguinte teor:

"Por várias razões, nomeadamente reformas e falecimentos de funcionários, a Repartição de Finanças de São Roque do Pico tem sofrido uma redução drástica no número de funcionários ao serviço efectivo.

Desde há cerca de um mês, que, de um quadro de pessoal com lugar para sete funcionários, apenas se encontram ao serviço naquela Repartição dois funcionários, sendo que um deles é da Repartição de Finanças de Lajes do Pico e só teve autorização para prestar serviço com ajudas de custo em São Roque do Pico, dois dias por semana.

A dedicação e abnegação do Sr. Chefe da Repartição de Finanças de São Roque do Pico, estão bem demonstradas e se assim não fosse aquela Repartição não teria todos os dias as suas portas abertas ao público, mas é humanamente impossível exigir-se muito mais além das tarefas de mero expediente, pelo que tudo o resto se vai naturalmente acumulando.

O Sr. Director de Finanças do ex-Distrito da Horta já veio a público informar que a questão tinha sido exposta superiormente mas entretanto não são tomadas medidas intercalares que minimizem os efeitos nefastos desta situação, para com os contribuintes do Concelho de São Roque do Pico.

Porque se trata de matéria que se mantém sob a tutela da Administração Central, nomeadamente da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, ao abrigo das disposições estatutárias.

O Deputado abaixo assinado, solicita a Sua Excelência o Senhor **Presidente do Governo Regional dos Açores ,** os seus bons ofícios junto da DGCI se assim o entender por bem, afim de serem obtidas as seguintes informações:

1. Quando pensa a DGCI colmatar as vagas existentes no quadro do pessoal da Repartição de Finanças de São Roque do Pico?

2. Enquanto tal não acontece, não deveria ser permitida a deslocação trimestral ou semestral de um ou dois funcionários de outras Repartições da área da Direcção de Finanças da Horta, como acontece já há vários anos em relação à Repartição de Finanças do Corvo?

Horta, Sala das Sessões, 21 Maio de 1993

O Deputado Regional do PS pelo Círculo da Ilha do Pico, *Rui Pedro Ávila ".*

- Do Sr. Deputado do Partido Comunista Português, Paulo Valadão, um requerimento do seguinte teor:

"Através dos meios de comunicação social foi novamente referida a eventualidade de vir a ser criado, por um conjunto de potências nucleares, **um depósito de resíduos radioactivos no Atlântico a cerca de 400 milhas dos Açores.**

Referem igualmente as notícias que o Governo Autónomo das Canárias teria contactado os Governos Regionais dos Açores e Madeira com vista a uma tomada conjunta de posição.

Tais notícias não podem deixar de preocupar todos os quantos têm consciência da irreversibilidade de acidentes com materiais radioactivos e todos os quantos têm consciência da importância do Atlântico e do direito das populações das suas ilhas em manterem um ambiente livre de desiquilíbrios e afastado do perigo da radioactividade proveniente de resíduos ou equipamentos.

A vontade e o futuro dos povos insulares atlânticos não podem ser postos em causa por atitudes propotentes de potências nucleares.

Tendo em conta o exposto e ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis requeiro ao Governo Regional resposta muito urgente às questões seguintes:

1.º - Tem o Governo Regional conhecimento da existência de estudos promovidos por potências nucleares, nomeadamente, os EUA, Inglaterra e França, com vista à escolha de um ponto no Atlântico a transformar em lixeira de resíduos nucleares?

2.º - Foi o Governo Regional dos Açores contactado pelo Governo Autónomo das Canárias no sentido de participar numa reunião destinada a debater esta questão? Em caso afirmativo quais os fundamentos e informações que levam o Governo Canarino a tomar essa posição?

3.º - A questão da eventual instalação de uma lixeira nuclear perto dos Açores e da Madeira, é uma grave questão de interesse nacional, que não pode estar ausente das preocupações da política externa do conjunto do País. Neste sentido pergunta-se se o Governo Regional dos Açores se já realizou qualquer diligência junto do Ministro da República e do Governo da República no sentido de sensibilizar a Soberania Nacional para uma atempada intervenção nesta matéria?

4.º - Qual a posição global do Governo Regional dos Açores sobre esta questão ?

Sala das Sessões, 25 de Maio de 1993

O Deputado Regional do PCP, *Paulo Valadão".*

- Dos Srs. Deputados do Partido Socialista, Manuel Serpa e Rui Pedro Ávila o seguinte requerimento:

"A freguesia da Candelária, da Ilha do Pico, pode ufanar-se de ser berço de duas das maiores figuras da Igreja Missionária que, em longínquas paragens, deixaram a marca sublime da evangelização e acumularam uma aura e veneração que ninguém ousará rejeitar. Trata-se das figuras proeminentes da Hierarquia Eclesiástica Dom José da Costa Nunes, já falecido, e Dom Jaime Garcia Goulart presentemente a residir em S. Miguel, e neste momento naturalmente de alma dilacerada pelo que fizeram à sua Dili, ao seu Timor e ao seu antigo discípulo Xanana.

Acontece que em largo fronteiriço à Igreja Paroquial e próximo da antiga casa relíquia do Senhor Cardeal cujo recheio é um contributo precioso para um futuro museu missionário, se erigiram dois pedestais com os bustos destes filhos maiores de uma Ilha Maior. Sem qualquer enquadramento paisagístico, sem sentido de equilíbrio estético, sem dignidade.

É de facto, uma vergonha.

Já por duas vezes em visitas oficiais à Ilha do Pico Vossa Excelência Senhor Presidente do Governo Regional, prometeu reforçou a promessa e quase exigiu o arranjo do referido largo porque, acima de tudo há uma mensagem que urge preservar.

Só que depois da palavra afiançada de Vossa Excelência já se urbanizaram largos e larguinhos e do referido largo da Candelária não se houve falar.

Como não acreditamos em conotações políticas quando estão em causa valores cuja dimensão ultrapassa as fronteiras de um país, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis solicitamos a Vossa Excelência, Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores um esclarecimento oportuno sobre a questão atrás aflorada.

Os Deputados Regionais, *Manuel Serpa e Rui Pedro Ávila".*

- Dos Srs. Deputados do PS, Rui Pedro Ávila, Fernando Menezes, Carlos César e José Humberto Chaves um requerimento que diz o seguinte:

"Ao abrigo das disposições regimentais requere-se que seja dado o carácter de urgência e dispensa de exame em Comissão ao Projecto de decreto Legislativo Regional apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista sobre a **Alteração do Decreto Legislativo Regional nº 5/91/A, de 8 de Março,** porque a sua eficácia prática depende da sua imediata apreciação em Plenário.

Os Deputados Regionais do PS: *Rui Pedro Ávila, Fernando Menezes, Carlos César e José Humberto Chaves".*

- Dos Srs. Deputados do PSD, António Silveira, Mark Marques e Manuel Brasil um requerimento do seguinte teor:

"- Considerando que as obras da estrada variante Urzelina/Manadas, na ilha de S. Jorge, provocaram o encerramento ao trânsito automóvel da Canada do Cruzeiro, na Urzelina, S. Jorge;

- Considerando que o movimento de veículos naquela via se faz por percursos mais distantes causando inúmeros transtornos aos habitantes daquela zona;

- Considerando que o futuro acesso (reposição do anteriormente existente) implica a compra e provavelmente a expropriação de terrenos, processo por vezes moroso;

- Considerando a urgência de resolução deste problema;

solicitamos ao governo regional dos Açores e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis a seguinte informação:

- qual o ponto da situação actual em relação à resolução do problema da Canada do Cruzeiro, Urzelina, s. Jorge?

Os Deputados Regionais do PSD, *António Silveira, Mark Marques e Manuel Brasil".*

- Da Comissão Permanente de Economia, Finanças e Plano está presente o Relatório a que se refere o artigo 119º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

- Está presente à Sessão o Diário da Assembleia Legislativa Regional dos Açores nº 12 e a Separata ao Diário da Assembleia Legislativa Regional dos Açores nº 1/5, de 17 de Maio.

Presidente: Srs. Deputados, concluímos a leitura do expediente entrado na Mesa.

Estão presentes na Mesa dois votos. Um Voto de Congratulação e Saudação e um Voto de Protesto.

O primeiro é apresentado por um grupo de Deputados do Partido Social Democrata e o segundo por um grupo de Deputados do Partido Socialista.

Agradecia a um dos Srs. Deputados que subscreve o Voto de Congratulação e Saudação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, o favor de fazer a sua apresentação.

Deputado José Botelho *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

"VOTO DE CONGRATULAÇÃO E SAUDAÇÃO

Completou no passado dia 23 do Corrente mês, um Século, que a empresa Açoriana "Fábrica de Cervejas e Refrigerantes João Melo Abreu, Ldª" mais conhecida dos Açorianos pela "Melo Abreu" Empresa que iniciou e tem a sua actividade nesta região, mais propriamente na Ilha de S. Miguel.

Fazendo uma síntese rápida da sua história é uma empresa constituída com o esforço de várias gerações de Açorianos, tendo iniciado a sua actividade em 23 de Maio de 1893, com a denominação Social de "Melo e Companhia". Foram seus sócios fundadores os Senhores João Melo Abreu e Gil Augusto Miranda.

Em 25 de Julho de 1921 a empresa por escritura pública passou a denominar-se "Fábrica Cervejas e Refrigerantes João Melo Abreu, Ldª."

Com a crise dos anos trinta a empresa para poder sobreviver teve que ceder 80% do capital à Empresa de Cervejas da Madeira, ficando os restantes 20% distribuídos pelo micaelense Senhor Joaquim Maria Cabral e Empresa Madeirense de Tabacos.

Em 1975 por força das Nacionalizações 20% do Capital era detido pela Região que em 1991 por concurso público alienou à Empresa Cervejas da Madeira.

Neste percurso Centenário a empresa teve ilustres Açorianos que dirigiram os destinos da Melo Abreu, que com o seu espirito de iniciativa, conseguiram que a

empresa laborasse sem interrupções durante um século. Salientamos o Senhor Joaquim Mário Cabral grande impulsionador da Indústria Cervejeira nesta Região.

Apesar de ser, em dimensão, a mais pequena do país e a mais distante do Continente e da Europa, nunca se inibiu de operar para o mercado Açoriano, fazendo chegar as suas marcas até ao mercado da Saudade, Estados Unidos da América, Canadá e Bermuda.

As suas marcas de Cerveja e Refrigerantes "Melo Abreu", foram um meio de unidade e representatividade da Comunidade Açoriana.

A Empresa Melo Abreu serviu durante um século o povo Açoriano, contribuindo no desenvolvimento sócio - económico e na história da Cultura Açoriana.

O reconhecimento da qualidade dos seus produtos em diversos países da Europa, fez com que fosse galardoada com diversas Medalhas de Ouro.

Neste momento a Melo Abreu tem em curso, em estado bastante adiantado, um projecto de instalação de uma nova unidade fabril, para a qual já adquiriu os terrenos na zona industrial de S. Miguel, que será equipada com tecnologia e equipamentos de ponta, o que representa um elevado investimento para a Região.

Tendo em conta o exposto, e ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD, propõe ao Plenário da ALRA o seguinte

Voto de Congratulação e Saudação:

A ALRA congratula-se com a passagem do 1.º Centenário da Empresa Fábrica Cervejas e Refrigerantes João Melo Abreu, Ldª. no passado dia 23.05.93 e Saúda todos os seus sócios, Administração e Trabalhadores e manifesta o seu apreço pelo relevante serviço prestado à população, contribuindo para o progresso da Indústria e do desenvolvimento desta Região ao longo dos 100 anos da sua existência".

Presidente: Está aberta a discussão sobre este Voto de Congratulação e Saudação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Numa Região como a nossa, não é todos os dias que uma empresa comemora o seu centenário.

Estamos perante uma Proposta de Voto de Congratulação e Saudação a uma empresa que há poucos dias celebrou esta comemoração e de congratulação pela a passagem deste aniversário.

Nós também nos associamos a este Voto de Congratulação e de Saudação dos seus sócios, à sua administração e aos trabalhadores que desenvolvem a sua actividade nesta empresa com os desejos de que esta e no fundo a todas as empresas da Região Autónoma dos Açores, contribuam para o progresso e o desenvolvimento da nossa Região.

Presidente: Continua a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Melo.

Deputado Silva Melo *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista reconhece a actividade desenvolvida pela a empresa Fábrica de Cervejas e Refrigerantes João de Melo Abreu ao longo de um século de existência.

São iniciativas deste género que engrandecem uma ilha e uma Região, sobretudo quando conseguem criar estruturas que lhes permitem prosseguir e sobreviver numa Região tão carenciada de iniciativas empresariais como são os Açores.

Por estas razões, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá votar favoravelmente esta proposta.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este Voto de Congratulação e Saudação, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Voto de Congratulação e de Saudação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos em seguida à apreciação do Voto de Protesto, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e pedia a um dos Srs. Deputados subscritores o favor de fazer a sua apresentação.

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

"VOTO DE PROTESTO

1. No preâmbulo do Decreto Legislativo Regional n.° 12/91/A de 26 de Agosto, respeitante à Orgânica Regional de Planeamento afirma-se que, entre outros aspectos, aquele diploma se propôs **"melhorar os mecanismos que torne efectiva a participação no processo de planeamento, das autarquias locais, dos parceiros sociais e de outras entidades no instrumento de racionalização da economia regional que é o plano regional"**

2. No Artigo 17.º do supracitado texto legislativo, dispõe-se o seguinte quanto à audição das autarquias locais:

"1. Enquanto as autarquias não estiverem representadas no Conselho Regional de Concertação Social, a audição das mesmas far-se-á nos conselhos de Ilha ou Câmaras e Assembleias Municipais nas ilhas onde não existirem aqueles."

3. Pelo Relatório e Parecer da Comissão Permanente de Organização e Legislação, constata-se que o Governo não efectivou aquela audição e, por unanimidade. se conclui que não há **"apoio legal para substituir a audição às autarquias pela audição (...) da Associação de Municípios ".**

Em face do exposto, e ao abrigo das disposições aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PS, propõe ao Plenário da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, o seguinte Voto de Protesto:

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores protesta porque, o Governo Regional, desrespeitando a lei em vigor e com prejuízo da necessária participação dos agentes sociais e políticos na elaboração do Plano Regional, não procedeu à audição das autarquias locais, pela primeira vez na história do planeamento regional".

Presidente: Está aberta a discussão sobre este Voto de Protesto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O Partido Socialista propõe um Voto de Protesto pelo facto do Governo Regional não ter, - como lhe competia por imperativo legal - ouvido as autarquias locais antes da elaboração do Plano Anual e de Médio Prazo.

Embora tenham existido reuniões em que nós participámos e em que também participaram os presidentes das câmaras municipais do círculo eleitoral a que pertencemos, consideramos que o espírito do legislador e aquilo que de facto está legislado, não foi cumprido pelo Governo Regional em relação à audição das autarquias, na medida em que como imperativo legal existe uma exigência, ou seja, a consulta das câmaras e assembleias municipais.

Mesmo referindo que essa consulta pode ser feita aos concelhos de ilha, a realidade é que onde estão constituídos esses concelhos, fazem parte deles os presidentes das câmaras e das assembleias municipais. Como normal e lógico é natural que essas mesmas entidades demonstrem junto do concelho de ilha as atitudes dos órgãos que representam.

Por outro lado ainda, nós consideramos que o facto de ter sido ouvida a Associação dos Municípios, de modo nenhum se poderá considerar que - nem de perto nem de longe - o cumprimento do que está legislado, pois a Associação de Municípios de forma alguma poder-se-á substituir às câmaras e assembleias municipais.

Por tudo isto, nós entendemos que na elaboração do Planeamento Regional não foi cumprida a legislação que obriga o Governo Regional a ouvir câmaras e assembleias municipais e será por isso que vamo-nos associar ao voto de protesto apresentado pelo o Partido Socialista.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É apenas para acrescentar um elemento ou outro àquilo que vem referido no texto do nosso Voto de Protesto.

Por um lado, pareceu-nos pedagogicamente útil trazer perante esta Assembleia no dia em que se inicia a discussão dos Planos e do Orçamento esta primeira anomalia ou melhor fenómeno em relação à participação deste Governo da Região e dos sucessivos Governos Regionais em que tem tido sempre um entendimento pouco claro e desta vez o entendimento sobre essa necessidade de participação que é tecnicamente reconhecida como necessária.

Que é politicamente considerada imprescindível e que não pode ser feita atabalhoadamente e nem ao sabor de circunstâncias políticas de momento, ou seja, de formas mais ou menos precárias e imperfeitas como ocorreu nesta Região e que está, claramente, regulamentada em diplomas regionais para que ela seja efectiva, plena, consequente e para que se faça ou no Conselho Regional de Concertação Social e neste caso o Governo Regional teve oportunidade - concerteza - de constatar que a Associação de Municípios não estava aí representada.

Portanto, mesmo que tivesse essa interpretação duvidosa da lei, perante este facto devia ter dado cumprimento à disposição taxativa da lei especial para a audição nesta matéria que diz que "enquanto as autarquias não estiverem lá representadas, elas devem ser ouvidas" e pareceu-nos pedagogicamente importante acentuar este aspecto.

Além disso, não é admissível a hipocrisia política destes e a estes que leva a que simultaneamente o Governo envolva uma legislação que meses antes tentou revogar por proposta de decreto legislativo regional entrada nesta Assembleia e que está em comissões.

Esta falta de sentido, por um lado, das consequências e das necessidades da participação e esta hipocrisia política do Governo Regional que leva a utilizar medidas sempre à sua medida e à medida dos interesses imediatos.

Aquilo que deve ser feito é conveniente sempre ser reafirmado, relembrado para que essas situações não assumam proporções que depois e às quais nós nos arrependemos neste órgãos da Autonomia e que toda a gente arrepende-se do funcionamento da Democracia nesta Região.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro *(CDS/PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para a Representação Parlamentar do CDS/Partido Popular este Voto de Protesto tem perfeito cabimento e total oportunidade.

Efectivamente, e já aqui foi lido a legislação que é clara e remete, inequivocamente, obrigatoriedade de ser procedida à audição, relativamente, aos concelhos de ilha nas ilhas em que eles existem.

Nós tivemos oportunidade aquando num encontro promovido pelo o Governo Regional em que estivemos presente para troca de impressões sobre as carências do círculo eleitoral que representava-mos - repito - sem termos conhecimento das Propostas do Plano ou dos trabalhos que estavam subjacentes, ou seja, uma mera troca de impressões entre Deputados e Governo sobre a situação do respectivo círculo.

Na altura tivemos a oportunidade de comunicar ao Governo Regional no seu todo e, nomeadamente, ao Sr. Presidente que estranhávamos e manifestávamos o nosso protesto pelo facto de no caso concreto da ilha e do círculo que representávamos que era aquele que tínhamos conhecimento do Governo Regional não ter promovido a audição junto dos concelhos de ilha.

Depois percebemos que se tratava de uma estratégia devidamente denunciada pelo o próprio Governo Regional, pois na verdade e no passado tinha ficado bem claro que em relação a alguns concelhos de ilha o cumprimento da lei por parte do Governo tinha gerado situações bem caricatas e de difícil digestão por parte da administração regional.

Portanto, a resposta do Governo Regional foi sábia, passa-se por cima da lei, deixa-se de ouvir os concelhos de ilha e assim evita-se que publicamente se tome conhecimento da situação de não concordância e dos protestos, relativamente, às propostas apresentadas e assim dividindo para reinar mais uma vez a administração regional.

Pretendia apresentar o Plano nesta Assembleia com a imagem geral de que não havia reacção, não havia críticas por parte das autarquias, porque a audição era feita à porta fechada e individualmente.

Como aqui foi referido, este foi um dos aspectos e há outros de carácter processual que não foram acautelados e não foi cumprida a lei na fase de preparação dos documentos, como outros há que veremos, possivelmente, ainda hoje que dizem respeito a lacunas formais e documentais dos próprios diplomas.

Um deles - que fique já para reflexão - é o que respeita à quase ausência de informação sobre as empresas públicas regionais numa matéria em que também a

administração regional já tinha alguma tradição de entregar ao Parlamento documentos anexos com a chamada informação mínima sobre essas empresas.

Estamos aqui perante mais um precedente histórico só que, infelizmente, o que vai acontecendo é que o Governo perante esta Câmara vai registando actos históricos que são exactamente ou por um lado violar a legislação ou por outro deixar de cumprir contradições que eram apanágio desta administração.

Por tudo isto, não podemos deixar de dar o nosso voto positivo de apoio a esse protesto.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos então votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este Voto de Protesto, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, fazem o favor de se sentar.

Secretário: O Voto de Protesto foi rejeitado com 27 votos contra do PSD, 21 votos a favor do PS, 1 voto a favor da Representação Parlamentar do CDS/PP e 1 voto a favor da Representação Parlamentar do PCP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Arruda para uma declaração de voto.

Deputado Manuel Arruda *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD votou contra o Voto de Protesto apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, uma vez que de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 27/92/A, o Governo ouviu o Presidente da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores que como é de seu direito entendeu não responder.

Para além disso, o Governo aquando da preparação dos documentos que hoje iniciaremos a sua discussão, deslocou-se a várias ilhas da Região Autónoma dos Açores tendo aproveitado estas visitas para em reuniões com os Srs. Presidentes das Câmaras e das Assembleias Municipais, ouvir as suas opiniões quanto a todas as questões que consideravam mais importantes para a sua inclusão no Plano.

Além disso e ainda há duas semanas a Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração do Pública, reuniu com todos os Presidentes de

Câmaras e Assembleias Municipais com vista a equacionar todo o futuro relacionamento entre a Administração Regional e a Administração Local.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez as avestruzes ganharam, a areia começa a ser pouca para enfiar a cabeça,...

Deputado Victor Evaristo *(PSD):* Pode enterrar! Pode enterrar!

O Orador: ... mas vão havendo ainda uns restos. Vão havendo umas conversas em família à qual se reduz o cumprimento da legislação. Vão havendo umas deslocações que mais ou menos de interesse partidário eleitoralístico que servem para se respeitar a legislação.

Em face de tudo isto, a votação do PS neste Voto de Protesto não podia ser outra senão a tentativa pedagógica que fica feita e que tem o mesmo alcance que teria se ele fosse aprovado que é o de tentar repor a lei na sua função e na sua plenitude.

Debaixo da areia ficam as cabeças, por cima fica a verdade e a força da Democracia e da lei.

Vozes da bancada do PS: Muito bem!

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: O Sr. Deputado pediu a palavra com que finalidade?

Deputado Manuel Arruda *(PSD):* É para defesa da honra.

Presidente: Para defesa da honra tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Arruda.

Deputado Manuel Arruda *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Os camelos, as avestruzes têm por vezes o hábito de quando passam na areia, poisarem em cima de alguns camelos.

Muito obrigado.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, chegámos ao fim deste nosso ponto de Antes da Ordem do Dia, por isso passamos ao terceiro destinado às Intervenções de Interesse Político Relevante para a Região.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste fórum por excelência que é a Assembleia Legislativa Regional dos Açores e no espaço dedicado aos assuntos relevantes para a Região, há bem pouco tempo foi muito debatida a problemática da TMA-Açores, principalmente na vertente que se prende com a sua localização e permanência na Ilha de Santa Maria, assunto este relevante para a Região uma vez que o princípio do desenvolvimento harmónico dos Açores pode estar em causa, se persistir uma tendência centralista por parte da ANA-EP no que se refere à localização dos diferentes serviços por ela explorados.

A discussão sobre a TMA-Açores e a sua permanência na Ilha de Santa Maria era para os marienses um assunto encerrado, tendo em conta as declarações dos diferentes responsáveis pela empresa em paralelo com afirmações dos responsáveis da tutela.

Retoma-se a polémica com o surgir de um parecer técnico dos serviços da ANA-EP em Lisboa que indicava a futura transferência da TMA de Santa Maria para a Ilha de S. Miguel.

Com o intuito de se esclarecer o assunto, mas principalmente apurarmos qual a posição do Conselho de Gerência em relação ao assunto, diversas entidades regionais pediram esclarecimentos a quem de direito.

Passado algum tempo, resta-nos agora fazer um ponto da situação e ao mesmo tempo exigir da ANA-EP que se defina de uma vez sobre a política da empresa nesta área, a Navegação Aérea.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em resposta ao ofício de 19 de Abril da Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações dirigido ao Conselho de Gerência a pedir esclarecimentos sobre a veracidade do parecer técnico, em fax datado de 21 de Abril o Presidente da ANA-EP responde informando:

"Acusamos a recepção da vossa carta n.º 4010 de 19 de Abril, sobre o assunto em epígrafe e que mereceu a nossa melhor atenção.

Relativamente ao respectivo conteúdo tomamos nota da posição do Governo Regional e informamos que a decisão de permanência da TMA em Santa Maria que foi deliberado pelo meu antecessor, não foi objecto de qualquer decisão que a altere, pelo que a mesma se mantém válida".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em circunstâncias normais a resposta do Conselho de Gerência seria suficiente para tranquilizar os funcionários afectos à TMA em Santa Maria, mas a experiência adquirida em situações análogas, como por exemplo do ainda discutido e não encerrado caso do Centro de Controle Oceânico, o famoso Nav II agora designado Projecto do Atlântico, deixa-nos ainda com algumas dúvidas, as quais irão dissipar-se completamente quando se assistir à implementação dos investimentos que estavam programados para a TMA de Santa Maria e que o próprio Conselho de Gerência assumiu, o que se pode verificar através da resposta ao requerimento efectuado pelo Deputado à Assembleia da República, Mário Belo Maciel, em 26 de Maio do ano passado.

Para além de afirmar a inexistência de alterações do projectado, vai mais longe e aponta datas para os diversos investimentos:

Torre e Serviços Técnicos - Julho 93

Bancadas/Equipamentos - Outubro 93

Equipamento Rádio - Fevereiro 93

Toda esta programação está atrasada, o que não constituiria grande preocupação se os estudos e projectos estivessem em andamento, mas as informações de que dispomos apontam em sentido contrário.

Para avolumar as nossas dúvidas, outros indicadores existem e são reais, como os investimentos que foram efectuados em S. Miguel, mais concretamente, a

construção da Torre, a qual era uma necessidade para o Aeroporto, o mesmo já não se pode dizer do edifício anexo cujas dimensões vão muito além das necessidades operacionais dos serviços ali prestados, de tal forma que foram sujeitos a críticas do actual Presidente do Conselho de Gerência, por altura da sua visita de trabalho à Região Açores. Um espaço que em princípio seria para instalar os serviços do controle de aproximação, para ser rentabilizado instalaram-se os serviços administrativos do Aeroporto.

Hoje sabemos que tal investimento foi resultado de pressões e lobbies locais afectos à ANA-EP, com a finalidade de se injustificar os investimentos em Santa Maria, transferindo a TMA-Açores para onde o investimento já estava realizado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É por todo este encadeado, por um lado de indecisões e incumprimento do projectado, e por outro de interesses diversos, que os marienses em geral e os funcionários da ANA-EP colocados em Santa Maria, em particular, continuam cépticos quanto às informações oriundas do Conselho de Gerência e somente o arranque dos investimentos programados nos levarão a acreditar nas boas intenções dos responsáveis pela empresa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desde sempre os serviços de Saúde em Santa Maria, estiveram instalados num edifício pertença da Santa Casa da Misericórdia, que ao longo dos anos foi sendo sujeito a adaptações, conforme iam sendo instalados outros serviços para a prestação de cuidados primários de Saúde.

Sempre foi um desejo acalentado, tanto pelos profissionais, como pela população em geral, a construção de um novo edifício para centro de saúde, estruturado e dimensionado para a realidade local e para os serviços de saúde prestados localmente, até porque neste momento e devido à falta de espaço as especialidades de oftalmologia, estomatologia e fisioterapia, funcionam fora das instalações do Centro de Saúde.

Em 1992, mais precisamente em Setembro, arrancaram as obras de construção do novo Centro de Saúde da Vila do Porto.

O ritmo de trabalho excedeu todas as expectativas, de tal forma que neste momento toda a estrutura bruta do edifício está de pé, sendo a fase seguinte a dos acabamentos.

Sr. Presidente, Srs Deputados, Srs. Membros do Governo:

Trago este assunto à nossa reflexão porque circulam informações que a obra irá decrescer de ritmo por falta de verbas, aliada ao facto de atraso nos pagamentos do trabalho já executado.

Quero deixar aqui a minha preocupação sobre tal situação e apelar ao governo que se esforce para que sejam disponibilizadas as verbas necessárias para que a obra continue de forma que o projecto seja cumprido dentro dos prazos estipulados e Santa Maria passe a dispor de um novo Centro de Saúde, com condições ideais para aqueles que desempenham a sua profissão nesta área, bem como para os utentes em geral.

Disse.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

É lugar comum dizer-se que os tempos vão defíceis. E é verdade porque se sente.

A aprendizagem forçada do termo " recessão", pese o não entendimento das suas profundas implicações e muito menos dos justificativos, por vezes, misteriosos que envolve, entrou no quotidiano, de forma inexorável.

Também de forma inexorável aí está a vida marcada de angústia, incerteza e, em alguns casos, desespero. São os despedimentos, o espectro do desemprego, o destruir de ilusões, o prazo como meta, o periclitante como matriz. A vida, para muitos, é uma agonia!

De repente depara-se-nos um mundo novo, sem dúvida menos idealista, talhado pelo pragmatismo de figurinos próprios do tecido económico. Um mundo mais tecnocrata

que determina a religiosidade do materialismo e a indesculpável marginalidade do sonho.

E pode dizer-se que o mundo moderno, com as suas extraordinárias realizações é prodigiosamente grande e belo. O domínio do homem sobre a matéria e a vida é qualquer coisa de fantástico.

Mas é urgente gritar que o apoderar-se do universo exterior não pode significar a perda do seu domínio interior. Não vão as conquistas voltar-se contra ele. Quando o espírito se deteriora o homem corre perigo, pois, a carne do seu amor, a máquina que construiu, a cidade que ergueu, o mundo que edificou podem voltar-se contra ele e esmagá-lo.

Neste contexto preocupante é extremamente importante reabilitar o "Humanismo", como doutrina fundamental, haurir a riqueza dos seus princípios salutares e insubstituíveis e projectá-los para o futuro quando se antevê o terceiro milénio da era cristã carregado de incógnitas e de promessas. É urgente caminhar rumo às coisas novas de hoje, aproveitar as lições, às vezes dolorosas, de situações concretas em que o ódio e o sectarismo limitam tremendamente a liberdade; em que a guerra fria não gera a paz mas gera outras guerras, em que as ditaduras sufocam as memórias e as raízes seculares das culturas, em que as fricções advenientes das descolonizações traumatizam gerações empurradas, para fora do seu habitat natural.

As coisas novas deste mundo têm de ter o Homem como centro. É que o progresso não pode nem se deve entender de modo exclusivamente económico mas num sentido integralmente Humano. A falência de um sistema não releva necessariamente as virtualidades daquele que se opõe.

O capitalismo como sistema social será sempre reprovável se a liberdade no sector da economia não estiver enquadrada num sólido contexto jurídico que a coloque ao serviço da liberdade humana integral e a considere como uma particular dimensão desta liberdade.

Este sentido do Homem enquanto inserto na complexa rede de relações das sociedades modernas exige necessariamente a preocupação da justiça social, a assunção plena de uma tarefa primordial, a de animadora de um mundo com o Homem ao centro, imbuída das seivas da modernidade, sim, mas sempre com a

percepção de que a plena justiça consiste em ajudar o homem a sacudir todas as formas de servidão.

A compatibilidade entre a natureza humana e a economia de mercado exige limitações em função do bem comum e da solidariedade entre as pessoas.

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Assustam-nos os grandes desequilíbrios da humanidade e as diversas formas de pobreza sobretudo os desiludidos que perdem a juventude de espírito e o gosto de recomeçar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

É perigoso estabelecer metas meramente economicistas, dogmatizar o poder da tecnocracia, conquistar números de forma obsessiva, fazer da vida uma álgebra. Mas é sobretudo proibido fazer tudo isto à custa do Homem.

É verdade que os tempos são difíceis.

Não cabe nesta pequena intervenção escalpelizar as causas nem visar culpados. Mas todos os que fizeram profissão de fé no humanismo integral, tantas vezes ventilado, apregoado, tantas vezes enaltecido e detém o poder lá e aqui, devem repensar algumas situações.

É que em todo o mal existe sempre uma derrota do espírito e quando a ordem é rompida o homem torna-se um pouco menos homem.

Disse!

(Aplausos das bancadas do PS, CDS/PP e PCP)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Manito.

Deputado Álvaro Manito *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Comemora-se este ano o Ano Europeu do Idoso.

Por se tratar de um tema actual e de extrema importância no que diz respeito à população dos Açores e em particular da Ilha do Pico. Julgo oportuno tecer aqui

nesta Assembleia algumas considerações e manifestar a preocupação dos muitos que trabalham na Área da Saúde e Segurança Social e se preocupam com as soluções a dar a este problema.

- Se definirmos Adulto/Idoso como aquele situado entre os 60 a 74 anos de idade, o que nas sociedades Ocidentais pode ter uma idade cronológica que não coincide com a orgânica, isto é sem grande deterioração funcional.
- O velho entre os 75 e 89 anos de idade, e que já sofre considerável deterioração funcional com reduzida capacidade de adaptação, deterioração mental e dos órgãos dos sentidos.

E o muito velho, com mais de 90 anos de idade, com atrofias generalizados dos órgãos e tendência para o estabelecimento de lesões irreversíveis que conduzem à morte.

Do ponto de vista funcional o envelhecimento é um processo fisiológico que se instala de uma forma progressiva originado por fenónemos endógenos independentemente dos factores exógenos que o podem no entanto agravar de um modo considerável.

As doenças nos idosos caracterizam-se por:

- Lesões múltiplas de órgãos e sistemas
- Falência dos mecanismos de defesa
- Respostas clínicas atípicas
- Respostas anormais aos farmacos

As doenças mais frequentes nos idosos são em 1.º lugar as cardiovasculares, 2.º as neoplásicas 3.º a diabetes e 4.º as respiratórias e renais crónicas.

No entanto e devido aos avanços tecnológicos das últimas décadas e através de um melhor diagnóstico precoce e prevenção.

Constatamos hoje uma diminuição destas últimas com aumento das alterações degenerativas ósteo e nervosas que se prevê virão a predominar nos idosos do início do século XXI.

Analisando o aspecto demográfico dos Açores reportado aos últimos sensos, verificamos que a pirâmide etária tem o topo largo isto é 12,3% da população tem

mais de 64 anos, o corpo intermédio é muito estreito, significando que 61% da população tem entre 15 e 64 anos.

Por fim a base é relativamente larga, tendo 26,7% da população menos de 15 anos.

Se considerarmos como população activa a que se situa entre os 15 e os 64 anos, verificamos que os Açores tem um índice de dependência total dos mais elevados do país. Isto é o número de pessoas jovens e idosas que cada indivíduo em idade activa tem que manter era em 91 de 64%, ou seja cada 100 indivíduos adultos potencialmente activos teriam de sustentar 20,3% idosos e 43,7% jovens.

O índice de envelhecimento para os Açores é dos mais elevados da Europa. Entre os dois últimos sensos houve uma redução do número de jovens com menos de 15 anos em consequência da progressiva diminuição da taxa de Natalidade. Os adultos entre os 15 e 64 anos tiveram um ligeiro aumento. No que respeita ao número de idosos houve um acréscimo mais significativo.

Considerando que a população do Pico decresceu nos últimos sensos cerca de 1,8% como consequência da baixa taxa de Natalidade.

Considerando ainda a melhoria dos cuidados de Saúde e Segurança Social como factores que contribuem para o aumento da perspectiva de vida aumentando o número de idosos.

É de prever que nos próximos sensos a manterem-se os indicadores actuais, a população nesta ilha seja constituída sobretudo por idosos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permitam-me agora uma análise ao problema social que é o envelhecimento.

Na nossa vida pode medir-se um tempo astral que lhe é exterior e um tempo biológico, que é de dentro, o qual se distingue do dos outros animais porque se completa com um tempo histórico, consciente, construído ao longo dos séculos e constituindo um comum Património Cultural.

É assim, a idade um estado Bio-Social em curso até à morte.

No mundo Ocidental é frequente falar de "Terceira Idade", expressão inventada para que fosse possível falar de velhice sem ofender certo pudor Social desconhecido noutras civilizações.

Numa tentativa de iludir a carga negativa da palavra "velho" e a sua imagem de doenças e de limitações.

Contudo, a velhice não é uma enfermidade, embora corresponda a uma fisiologia de desgaste, sendo certo que com o tempo cada homem e cada mulher cria um comportamento próprio, um modo pessoal de estar na família, na comunidade e no mundo.

Todos os idosos são diferentes e ainda bem, porque a diversidade cultural duplica a diversidade biológica, e esta é essencial ao equilíbrio da espécie.

As transformações sociais que se vêm desenvolvendo não deixam de abranger os idosos.

Os princípios de igual dignidade social e da igualdade perante a lei a todos os cidadãos Portugueses, é também aplicada aos idosos, gozando estes de todos os direitos constitucionais e em especial do direito à segurança social e do direito à saúde.

Convém aqui recordar que o Artigo 72.º da constituição no que se refere a Terceira Idade diz:

Cito:

1 - As pessoas idosas tem direito à segurança económica e a condições de habitação e convívio familiar e comunitário que evitem e superem o isolamento ou a marginalização social.

2 - A Política de Terceira Idade engloba medidas de carácter económico, social e cultural tendentes a proporcionar às pessoas idosas, oportunidades de realização pessoal, através de uma participação activa na vida da Comunidade. (Fim de citação)

Reflectindo agora sobre a forma como vivem os idosos, é fácil verificar que tanto nas áreas urbanas como rurais cabem-lhes em regra, as habitações mais antigas e degradadas, com difíceis acessos.

A maioria dos idosos em Portugal vive na sua casa, sozinhos a maior parte das vezes, agravando-se por isso a tendência para o isolamento e diminuindo assim a sensação de segurança individual por parte do idoso.

De acordo com as novas directivas do Governo a Família é considerada a "Instituição Social básica, constituindo o quadro de geração e desenvolvimento da

vida humana, a sede primária da educação e da convivência e o meio privilegiado de realização pessoal e de integração na Comunidade".

Pretende-se que o Estado colabore com as famílias e instituições privadas de Solidariedade Social numa "Política tendente à plena integração Social e familiar das pessoas Idosas".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para terminar quero frisar as três questões que continuam a dominar a problemática dos idosos.

A Saúde a Segurança Social e a Questão Cultural.

No que se refere à saúde do idoso é necessário a máxima atenção aos aspectos preventivos e de Avaliação funcional, com a finalidade de Prolongar o período de actividade física, mental e social mantendo a autonomia do indivíduo pelo máximo de tempo possível.

Não podemos esquecer que é através da actividade cerebral, órgão único no reino animal, que depende o restante envelhecimento do Homem. Conservar a actividade intelectual e dominar as tensões mentais é pois indispensável para manter a actividade geral do corpo.

Quanto à Segurança Social na Região traduz-se em termos globais num conjunto de medidas que visam proteger os cidadãos e as suas famílias face às eventualidades responsáveis pela falta ou diminuição de recursos ou de meios de subsistência e assegurar-lhes as condições que possam contribuir para a sua própria promoção social.

Para os idosos, o Instituto de Acção Social aposta no apoio ao Domicílio, já em prática em diversos concelhos e em projecto noutros locais.

Não podemos esquecer que estamos a entrar num século de características sociais e graças aos cuidados médicos, teremos de contar com 10 a 15 anos de envelhecimento lento, em que o idoso estará em condições de continuar no seu próprio meio ambiente.

O Recurso aos lares deve ser considerado apenas quando as pessoas idosas não encontrem alternativa quer no seu Domicílio que na família, o que acontece com

frequência na Ilha do Pico, uma vez que muitos dos idosos ou não tem família ou esta se encontra fora dada a grande tendência para a Emigração.

Até agora tem sido feito um esforço bastante importante por parte do Governo Regional em colaboração com organismos de Solidariedade Social, nomeadamente as Misericórdias, para dotar todas as ilhas com lares e outras estruturas de apoio aos Idosos.

Não podemos esquecer no entanto e como já atrás referi a baixa de Natalidade principal factor responsável pela diminuição da população nos Açores e particularmente na Ilha do Pico.

É necessário implementar medidas que levem a um aumento da natalidade e à fixação de jovens nas ilhas mais pequenas sob pena da sua desertificação ser uma realidade nos próximos 20 anos.

Saibamos todos nós colaborar na Tarefa de preparar uma velhice digna para os idosos de hoje e de amanhã.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A temática que hoje me proponho abordar nesta minha intervenção e se possível que essa mesma temática tenha ressonância nos corredores dos Palácios do Governo, vem de algum tempo a esta parte causando uma grande preocupação em mim próprio, na medida em que tal como todos nós aqui presentes temos responsabilidades políticas nesta Região.

Tal temática não é mais nem menos do que a unidade regional.

A unidade regional no contexto em que vem consagrada sob ponto de vista constitucional e estatutário e a unidade regional que é vivida e sentida por nós açorianos dispersos por estas 9 ilhas do arquipélago.

Ler Antero; Chataubriant; Natália; Dias de Melo; João de Melo; Daniel de Sá; Álamo de Oliveira e tantos, tantos outros, quando nas suas excelentes prosas e poesias falam da grei açoriana; das suas paisagens; da cultura do seu povo, etc, etc, é sentirmo-nos trespassados para um mundo maravilhoso, é sentirmo-nos no nosso imaginário o belo e o estético da psicologia humana e paisagística.

Quem não conhece os Açores ou quem os conhece só por leitura, por exemplo, sente a atracção de percorrer vales e montes; desfrutar a beleza das suas lagoas; a amenidade e agressividade dos seus mares, cantando talvez a **"Lira e os Olhos Negros"!**

(Aparte inaudível da bancada do PSD)

O Orador: Também, uma canção de índole Jorgense tanto quanto sei.

Muito bem!

Bem, mas diferente. Muito diferente é o viver e o sentir daqueles que cá habitam e que aqui têm de permanecer com a realidade que somos e com o pulsar de um quotidiano e de uma vivência, que em muitos, na maioria dos campos que citei, nos é imposta!

Em forma de síntese daquilo que consegui expressar nesta breve introdução à minha intervenção, direi que os Açores de hoje não são de facto os Açores do passado!

Que os Açores lidos não são de facto os Açores vividos!

Que o futuro dos Açores terá obrigatória e forçosamente ser diferente, e diferente para melhor, do que é no presente no contexto do exposto, ou seja, relembro da temática central da minha intervenção - unidade regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

Falar de unidade regional poderia implicar citações legais de ordem constitucional, estatutária e outra de grau hierárquico menor no contexto do direito positivo Nacional e Regional.

Não vou percorrer esse caminho, não. Vou descer ao real e ao concreto do dia a dia do que é hoje a unidade regional dos Açores na perspectiva que eu sinto, na

perspectiva que muitos outros sentem que terá obrigatória - repito - e forçosamente que ser corrigida.

A unidade regional dos Açores assume-se hoje pela fomentação e por vezes incrementação de mecanismos, da mais diversa índole, que colocam ilhas contra ilhas, cada qual procurando o melhor para si esquecendo-se que quando dois entes com personalidade jurídica entram em demanda há sempre um vencido e um vencedor e que,...

Deputado Rui Ávila *(PS):* Muito bem!

O Orador: ...no caso vertente, se duas ilhas disputam algo, oito ficam **"a ver navios passar".**

É meu entendimento nesta matéria que é urgente rever a actuação política do Governo, no sentido de se voltar mais para uma unidade real e não fictícia, tendo em vista a idiossincrasia de cada ilha, mas simultaneamente respeitando as suas capacidades endógenas e exógenas, por forma a que, sem perda de identidade individual, sejamos cada mais um todo e não partes multifacetadas dessa unidade que se diz existir mas que é na maioria das vezes, muitas vezes, diria mesmo aparente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Pequenos exemplos, é doloroso para os habitantes, por exemplo, de uma Ilha Graciosa, Flores, Santa Maria e outras mais, ver como se passam na realidade os factos neste campo! Assiste-se neste momento à política dos dinossauros! As maiorias tentam devastar as minorias em termos territoriais! O sentido aglutinador do Governo em relação ao desenvolvimento económico das pequenas ilhas, é de facto confrangedor, em detrimento destas, pela aglutinação de tais meios, em particular - talvez agora não muito bem Sr. Deputado - São Miguel e - não vão por vezes as comadres brigar também - Terceira!

(Aparte inaudível da bancada do PSD)

O Orador: Esta intervenção não contém análises numéricas, intencionalmente, fa-las-ei daqui a breve trecho e no seu devido tempo.

Mas pergunto onde está a unidade cultural regional dos Açores?

(Aparte inaudível da bancada do PSD)

O Orador: Não está lá. Vá V. Ex.ª lá para comprovar o que disse e certificar o que eu digo!

Exemplo: São Miguel tem, por exemplo ou pequenos exemplos, Conservatório, tem todos os graus de ensino oficial desde o pré-primário até ao universitário. Tem um anexo oficial àquele conservatório na Ribeira Grande e um sem número de estabelecimentos e actividades periódicas de âmbito cultural e para isso é só estarmos atentos ao que também neste contexto de unidade regional a televisão nos mostra.

Muito bem. Eu não protesto que tenha! Eu desejo que tenha ainda mais! Mas e nós e os outros que temos nós?

Graciosa, uma Escola Secundária até ao nono ano, com mais de 70% de professores sem habilitação própria, - não me perguntem porquê, porque se quiserem eu digo porquê também - daí a qualidade do ensino que lá se ministra. Temos uma Academia Musical - outra vez vou falar dela - e persiste-se em não integrá-la oficialmente como anexo a um dos conservatórios existentes na Região.

Não me perguntem as desvantagens, porque também posso dizê-las.

Turismo: Foi a grande aposta do anterior Governo ou melhor do IV Governo Regional - falhou redondamente, todos sabem!

Mas não é caso para dizer que não se continue a investir no Turismo, Sr. Secretário, não senhor.

Mas, directamente, para V. Ex.ª eu agora pergunto-lhe, acerca de, salvo erro, um mês, dois meses, foi propalada a visita à Região de um grupo de 20 agentes de viagens estrangeiros com - dizia-se nos noticiários - programa de visita a todas as ilhas dos Açores. Graciosa não é Ilha! Que tristeza!

Porquê?! Porque é que não foi? Como é que se entende a integração no circuito regional global? Porque é que o Governo está a investir como tem investido aqueles milhares de contos - que a gente sabe - na Gracitur quando não se incentiva o

dirigismo dos turistas estrangeiros para lá? Eles vem à Região mas a Graciosa não é visitada, porquê Sr. Secretário? Se possível espero a sua resposta.

Termalismo: Um colóquio sobre termalismo foi realizado recentemente nas furnas em São Miguel. Sei que a Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa não se fez representar, tendo para o efeito sido convidada, acto do meu mais vivo repúdio, da minha parte.

Não foi, porque não quis! É lamentável!

Posteriormente houve um debate televisivo sobre o mesmo - termalismo, entenda-se. Acaso se falou das Termas do Carapacho? Que lá muito bem o Governo investiu alguns milhares de contos. Onde está também a dita unidade regional nesta matéria? Como se dão as mesmas a conhecer no exterior? Não merecerão as mesmas tratamento de igual como as Furnas, como o termalismo aqui do Faial no Varadouro, etc, etc. Não, Graciosa dito, cito nada!

E porque razão, já agora a talho de foice, - atrás de umas coisas vem as outras - não aceitou o Conselho de Administração - ao tempo- do Centro de Saúde da Graciosa a disponibilidade de uma técnica altamente qualificada que se predispos a vir fazer as suas férias para a Graciosa na época áurea do termalismo?

Respostas que ansiava que alguém me desse.

Bem sabemos a protesto que diferente é partir as fatias de um bolo por três quando elas são partidas por cinco ou seis! É diferente de facto e lamentável que isso aconteça.

Mas de facto isso não acontece noutras ilhas, porque nós assistimos que em ilhas onde não existem técnicos do âmbito da medicina ou paramedicina em número e em quantidade suficiente, eles vêm de fora e prestam os seus serviços à comunidade, mas na Graciosa não!

Fora disso, porque de facto também aqui e em matéria de Saúde, falar de unidade regional quanto a mim é um crime!

E não só aqui faço a vocação da Graciosa, faço de mais ilhas destes Açores e já muitas vezes me debati por este princípio neste sítio desde a Oftalmologia, da Estomatologia, etc, etc.

É um crime o comportamento que o Governo tem em relação a algumas das ilhas dos Açores em matéria de Saúde especialmente de carácter preventivo.
Sabem que a Graciosa neste contexto, salvo erro, há duas semanas esteve perto de uma semana com uma única médica. Um com o devido direito estava de férias, o outro estava a participar num colóquio de medicina geral, a outra está doente e felizmente um assunto que em devido tempo aqui trouxe lá tínhamos uma única médica - e se esse não tivesse resolvido, não sei como seria - e sabem que essa médica ganha tão só pouco mais de 180.000$00/mês?

(Aparte inaudível da bancada do PSD)

O Orador: Não estão à espera de medalhas suas e muito menos do PSD!
Padrinhos e afilhados é o que mais grassa nos Açores desunidos e o mais grave é toda uma população que vive sob o signo da unidade desunida.
Sr. Presidente, Srs. Deputados:
Na sequência da unidade regional vamos ser realistas:
As medidas são cada vez mais concentracionistas, - alguém não vai gostar de ouvir o que vou dizer, mas são - em termos de Ponta Delgada ser cada vez mais o Terreiro do Paço dos Açores!
Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Oh Sr. Deputado, agente não quer!
O Orador: O Governo continua a não a ter o entendimento correcto da unidade programática que apregoa e pratica o divisionismo entre ilhas.
Há filhos e enteados!
Há herdeiros e deserdados.
Há operações de cosmética em épocas eleitorais e promessas, mas de unidade regional, no sentido em que vem expressa na Constituição e no Estatuto é algo que está ausente da prática deste Governo.
Legisla-se no sentido da generalidade e da abstracção e aplica-se a lei no sentido da conveniência.
Criam-se estruturas mal dimensionadas, sem estudos de rentabilidade e desprezam-se os locais para a sua inserção.

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Por exemplo?

O Orador: Repensar a Autonomia é imperioso, no sentido do seu aperfeiçoamento e revitalização tendo presente que nos Açores o símbolo matemático da igualdade tem que possuir o valor real e ter afectivo no tratamento da unidade regional.

Caso Contrário corre-se o risco do desinteresse do povo pelo bem que nos foi legado pela revolução do 25 de Abril.

"A Autonomia Regional" e corre-se outro risco mais grave o desinteresse e o desrespeito por parte da população dos órgãos do Governo próprio desta Região. E então é possível que velhos de Restelo voltem a apelar ao tripartir das nove ilhas dos Açores.

Unamo-nos todos, nesta matéria, porque só a unidade faz a força.

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Muito bem! Muito bem!

O Orador: Disse.

(Aplausos das bancadas do PS, CDS/PP, PCP e do Deputado Jorge Cabral)

Presidente: O Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente pediu a palavra com que finalidade?

Secretário Regional do Turismo e Ambiente *(Eugénio Leal):* É para prestar um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para prestar um esclarecimento, Sr. Secretário Regional.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente *(Eugénio Leal):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria de esclarecer uma questão colocada directamente pelo Sr. Deputado Carlos Mendonça relativamente ao desenvolvimento do turismo nos Açores e concretamente na Ilha Graciosa.

Ao contrário do que o Sr. Deputado disse, o Turismo nos Açores no IV Governo foi um sucesso provado pelos números e que se pecam é por deficiência.

E mais Sr. Deputado, quero-lhe dizer concretamente à sua ilha ou à ilha que o Sr. Deputado foi eleito e que aqui fez referências em que solicitou esclarecimentos,

quero dizer que na vigência do IV Governo o número de hóspedes na Ilha Graciosa aumentou 68,6%,...

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Isso é turismo!

O Orador: ... número muito superior à média verificada na Região.

E as dormidas aumentaram 72,1% também superior à média regional verificada nos 4 anos.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Carlos Mendonça tem a palavra para prestar esclarecimentos.

Deputado Carlos Mendonça *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente:

É evidente que V. Ex.ª citou percentagens, isto jogar com percentagens e com números é lindíssimo.

Eu queria que V. Ex.ª transformasse essas percentagens em números, porque eu conheço melhor a realidade da Graciosa do que V. Ex.ª, permita-me que lhe diga.

Conheço, concerteza!

Deputado Rui Melo *(PSD):* Não conhece!

O Orador: Eu não estou a falar consigo e se for preciso depois respondo-lhe, está bem?! E não interrompi em circunstância nenhuma, por isso agradecia que não me interrompesse o meu raciocínio,...

Presidente: Agradecia que o Sr. Deputado não estabelecesse o diálogo.

O Orador: ... porque depois ele vai-se, não é?

(Apartes inaudíveis do Deputado Rui Melo)

O Orador: Voltando ao facto de o Sr. Secretário jogar com percentagens, muito bem!

Eu não ponho em causa as suas percentagens, agora essas percentagens traduzidas em números reais, 1, 2, 3, 4 é que é interessante também ver-se.

Sr. Secretário, eu sei perfeitamente que o turismo tem aumentado, aliás, eu sou do tempo em que...

Secretário Regional do Turismo e Ambiente *(Eugénio Leal):* Isso não é sucesso?!

O Orador: Desculpe,...

Secretário Regional do Turismo e Ambiente *(Eugénio Leal):* Oh Sr. Deputado, não é sucesso?!

O Orador: ... não é aquele sucesso que V. Ex.ª apregoou, e nomeadamente o Sr. Presidente do Governo de que era aposta mor do IV Governo Regional.

Foi de facto uma fraude, já passámos o IV vamos para o V Governo e não vou entrar nesse campo.

O que eu lhe queria dizer tão só, é que de facto o turismo tem aumentado lá e é preciso que aumente ainda mais. Eu sou do tempo em que os turistas ou as pessoas que lá chegavam tinham que ir comer latas de sardinha de conserva e pão e queijo, porque não havia mais nada.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Agora, vamos a pôr os pontos nos "i" nessa matéria.

O que eu ali disse foi e V. Ex.ª não me respondeu e era isso que eu gostaria de saber, porque se foi 68% que aumentou, se foi 72%, para o ano podíamos dizer aqui que aumentou 150%.

E porque não visitaram a Graciosa os ditos agentes de viagens internacionais que andaram em circuito pelos Açores? O que eu questionei foi nessa matéria.

Portanto, quanto ao fracasso do turismo não é momento para discutirmos agora, V. Ex.ª tem uma perspectiva e eu tenho outra, aliás eu tenho perspectiva local e regional, mas fica para outro tempo se assim o entendermos.

A questão que põe agora, é que aumentou 68% e aumentou 72%. Não disse números concretos, mas eu até sei.

A pergunta que fiz é que podia vir aumentar ainda mais, podia-se de facto fazer-se circular, também por lá, os ditos agentes de viagens estrangeiros, porque neste momento também já temos condições em termos não satisfatórios mas regulares de SATA e em termos regulares de instalações.

Essa é a questão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente para prestar este esclarecimento pedido pelo Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Secretario Regional do Turismo e Ambiente *(Eugénio Leal):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ao fim e ao cabo estamos de acordo que o turismo aumentou, tem vindo a aumentar na Região e concretamente na Ilha Graciosa.

No que diz respeito às visitas de agentes de viagens ou de jornalistas, eu queria dizer-lhe que quando convidamos quer agentes de viagens nacionais ou estrangeiros quer jornalistas nacionais ou estrangeiros, pretendemos que eles na sua deslocação aos Açores visitem o máximo de ilhas possíveis. Acontece porém, que muitas vezes eles tem o seu tempo também limitado.

Eu recordo, salvo erro, há três anos na sequência de uma das visitas do Governo à Ilha Graciosa que foi prometido que nesse final de verão se deslocariam à Ilha Graciosa um grupo de agentes de viagens nacionais.

A Direcção Regional do Turismo programou essa deslocação, convidou os principais agentes de viagens que operam para a Região e conseguiu que 12 confirmassem a sua visita à Ilha Graciosa. No final e no dia do embarque apareceram 6.

Portanto, houve indisponibilidade da parte deles. Nós não podemos obrigar os agentes de viagens, os agentes económicos a visitar as ilhas que por quaisquer razões eles não tenham disponibilidade ou qualquer outra referência.

Portanto, quero aqui que fique perfeitamente salvaguardados que ao divulgarmos os Açores, ao promovermos e ao convidarmos quer agentes de viagens quer jornalistas, - em que fazemos dezenas ao longo do ano - tenha repercussões quer na comunicação social que eles representam...

Presidente: O Sr. Secretário Regional dispõe de mais um minuto.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

... nas revistas da especialidade quer também nos agentes de viagens na repercussão que tem na venda dos Açores nessas mesmas agências, mas tendo também em consideração a suas limitações que, geralmente, são limitações de tempo.

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pediu a palavra com que finalidade?

Deputado Rui Melo *(PSD):* É para prestar esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para prestar esclarecimentos.

Deputado Rui Melo *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de regressar um pouco ao discurso político do Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Penso que as expressões que foram colocadas sobre o turismo da Graciosa estão esclarecidas, na medida em que o Sr. Deputado calou-se é porque o concerteza o Sr. Secretário tem razão.

Gostava de regressar a esse discurso político, porque a vossa afirmação de que Ponta Delgada vai ser transformada no Terreiro do Paço...

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Nunca!

Deputado Fernando Fonte *(PS):* Já foi!

O Orador: ... e não vai ser, mas é porque nós não o queremos e porque o combatemos.

Com isto, queria recordar que se houve alguém que algum dia disse que Ponta Delgada era a capital dos Açores foi o Dr. Mário Machado e que foi o vosso candidato a Presidente do Governo...

Deputado Victor Evaristo *(PSD):* Muito bem!

O Orador: ... e nunca foi ninguém do PSD. O PSD recusou esta afirmação e combateu-a.

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* E agora?! Papa lá essa!

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: Também vos quero dizer Srs. Deputados que se às vezes são contempladas no Plano e nos Orçamentos algumas iniciativas ou alguns empreendimentos para dinamizar a economia, para dinamizar algum sector das nossas ilhas é porque é necessário.

É necessário, porque o Sr. Deputado citou as desvantagens, mas esqueceu-se e nunca citou onde é que existe cada vez mais pobreza. Onde está a delinquência juvenil? E o desemprego ou melhor em que zona ou área da nossa Região está a aumentar?

Deputado Carlos César *(PS):* Ah, está a aumentar? O que é que está a aumentar?

O Orador: Está a aumentar, Sr. Deputado...

Deputado Carlos César *(PS):* Eu pensava que não!

O Orador: Está, mas consigo eu falo depois.

Deputado Victor Evaristo *(PSD):* Mas, não se assuste porque não é alarmante, Sr. Deputado!

O Orador: Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados:

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Deputado Victor Evaristo *(PSD):* É só 00000!

O Orador: Nós assistimos aqui...

Deputado Carlos César *(PS):* É altura das estatísticas!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós assistimos aqui a uma intervenção saudosista...

Presidente: Sr. Deputado, dispõe apenas de um minuto.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente. Já termino.

... a toda a estrutura em que seria uma resposta para o interior do Partido Socialista. Era uma resposta dos padrinhos aos afilhados, aos saneamentos que têm sido feitos no Partido Socialista, ou seja, vai-se sanear aqueles que não estão comigo para se nomear aqueles que são os afilhados. E se quer um exemplo, olhe para trás de si que está o Sr. Deputado Carlos César.

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: Mas, mais Sr. Deputado. Essa ideia de unidade regional neste momento já percebo. V. Exas. querem transformar os Açores naquela manta de retalho em que transformaram o Partido Socialista, porque não têm a noção do que é unidade.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Como é timbre e visto que eu respeito o timbre de cada qual, bem como o modo de intervir.

O Sr. Deputado Rui Melo no fim de qualquer intervenção, - não vou qualificar a minha intervenção - procura sempre trazer alguma matéria de que foi objecto de debate à chacota político-partidária.

Sim, é isto e é seu timbre. Temos que suportá-lo, ouvi-lo. Onde é que está o problema?!

Eu falei ali com elementos, com seriedade e com sentir e digo-lhe mais, até por vezes ao orquestrar em termos mentais esta minha intervenção, lembrei-me de uma conversa que a esse respeito tive com V. Ex.ª.

Deputado Rui Melo *(PSD):* Comigo?!

O Orador: Sim Sr. De unidade regional!

Agora claro que V. Ex.ª aproveita neste contexto para vir falar dos divisionismos do PS, de quem chamou a capital dos Açores. Lembro tão só que em 1987 nesta Assembleia o Dr. Reis Leite foi a primeira pessoa que chamou a Angra capital da cultura dos Açores.

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Está certo!

Deputado Rui Melo *(PSD):* E é!

O Orador: Portanto, vamos lá ver uma coisa e tenhamos cautela com as palavras, porque há imagens que se querem transmitir com as palavras. Não sejamos tão radicais quanto V. Ex.ª procurou ser ao interpretar as minhas palavras.

Não sejamos tão radicais. É preciso que tenhamos cautela para que as coisas se passem de maneira mais moderada.

E quanto a estas questões de querer passar esta intervenção para um contexto partidário, eu só lhe quero dizer que cada partido é o que é, meu caro e V. Ex.ª preocupe-se com os problemas do seu que não são poucos e não vamos levantar outra vez a ponta do véu...

Deputado Fátima Oliveira *(PSD):* Não tem!

O Orador: Não tem problemas! Não, não tem! Não são poucos!

Deputado Rui Melo *(PSD):* Liderança não temos!

O Orador: Nós também não temos de liderança, preocupe-se e fique com os seus problemas partidários...

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: ... e deixe-nos em paz, porque se for para discutir problemas partidários não sei onde é que acabamos.

Presidente: Srs. Deputados, chegámos ao fim das inscrições referentes ao Período de Antes da Ordem do Dia e por isso vamos entrar no Período da Ordem do Dia com apreciação dos Relatórios elaborados pelas Comissões nos termos do artigo...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: O Presidente da Mesa estava anunciando o ponto seguinte da ordem de trabalhos e vai repetir por forma a que não surjam dúvidas.

Vamos entrar no Período da Ordem do Dia com apreciação dos Relatórios elaborados pelas Comissões nos termos do artigo 119.º do Regimento da nossa Assembleia.

Peço ao Sr. Relator da Comissão de Organização e Legislação, o favor de proceder à leitura do seu Relatório.

Deputado António Gomes *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

"Relatório da Comissão Permanente de Organização e Legislação a que se refere o artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

(Ante-Período Legislativo de Maio de 1993)

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1. A Comissão Permanente de Organização e Legislação tem presentemente a seguinte constituição:

a) **DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD)**

- Deputado António Silveira
- Deputada Ana Carolina
- Deputado João Manuel Cunha
- Deputado José Manuel Nunes
- Deputado José Maria Bairos
- Deputado Manuel Amaral
- Deputado Victor Cruz

b) **DO PARTIDO SOCIALISTA (PS)**

- Deputado António Gomes
- Deputado Carlos Mendonça
- Deputado Duarte Pires
- Deputado Hélio Pombo
- Deputado Ricardo Barros
- Deputado Rogério Serpa

2. A Mesa da Comissão é constituída por:

Presidente - *Deputado Carlos Mendonça*

Relator - *Deputado António Gomes*

Secretário - *Deputado João Manuel Cunha*

CAPÍTULO II

1. No decurso do ante-período legislativo de Maio, a Comissão reuniu nos dias 5 e 6 do mês em curso, na cidade de Angra do Heroísmo, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional.

2. A Deputada Ana Carolina e o Deputado José Maria Bairos fizeram-se substituir nos trabalhos da Comissão, respectivamente pelos Deputados Manuel Arruda e Victor Evaristo.

3. Os Deputados António Silveira e Manuel Amaral faltaram justificadamente à reunião do dia 5, por estarem a participar nos trabalhos de outras Comissões de que fazem parte.

4. O Deputado Ricardo Barros faltou justificadamente à reunião do dia 6 porque participou, nesse dia, nos trabalhos de outra Comissão, que integra.

CAPÍTULO III

EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NO ARTIGO 182º. DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES

Ao abrigo das competências previstas no nº 1 do artigo supra citado a Comissão analisou e deu parecer sobre a "Proposta do Plano a Médio Prazo 1993-1996" e a " Proposta do Plano e Orçamento para 1993".

CAPÍTULO IV

EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NO ARTIGO 56º. DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES

De acordo com a alínea j) do artigo em epígrafe a Comissão analisou e deu parecer sobre a Proposta de Resolução apresentada pelo PS para a constituição de uma Comissão Parlamentar Eventual encarregue de estudar a apresentação de uma proposta de constituição, competência e funcionamento de um conjunto de iniciativas destinadas à comemoração, no ano de 1995, do 1º. Centenário da aprovação do 1.º Estatuto de Autonomia Política dos Açores.

CAPÍTULO V

PROGRAMAÇÃO DE TRABALHOS

No âmbito das competências da alínea h) do artigo 56.º do Regimento da ALRA a Comissão pretende deslocar-se, no mês de Junho a todas as Ilhas dos Açores para visitar as Instalações das Delegações da ALRA o que para o efeito fará oportunamente a respectiva calendarização.

CAPÍTULO VI

A Comissão, na presente data, não tem pendente qualquer trabalho.

Angra do Heroísmo, 6 de Maio de 1993.
O Relator, *António Gomes.*
Aprovado por unanimidade.
O Presidente, *Carlos Mendonça".*

Presidente: Pedia ao Sr. Deputado Relator da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, o favor de proceder à leitura do Relatório.
Deputado José Maria Bairos *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs, Membros do Governo:

"Relatório da Comissão Permanente de Política Geral e Assuntos Internacionais a que se refere o artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

(Ante-Período Legislativo de Maio de 1993)

CAPÍTULO I

GENERALIDADES

1 - Compõem a Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais os seguintes deputados:

PELO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD)

- Deputado Jorge Valadão (Presidente)
- Deputado José Maria Bairos (Relator)
- Deputado António Silveira
- Deputado Artur Martins
- Deputado Jorge Nascimento Cabral
- Deputado Carlos Silva
- Deputado José Aguiar

PELO PARTIDO SOCIALISTA (PS)

- Deputado Carlos César
- Deputado Rui Pedro Ávila (Secretário)
- Deputado José Humberto Chaves
- Deputado Fernando Menezes

PELO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (PCP)

- Deputado Paulo Valadão

- PELO PARTIDO CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL-PARTIDO POPULAR (CDS/PP)

- Deputado Alvarino Pinheiro

2. A Comissão reuniu em Plenário nos dias 5, 6, 7 e 12 de Maio na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores em Angra do Heroísmo e no dia 18 na Delegação ALRA em Ponta Delgada.

3. O Deputado Artur Martins foi substituído pelo Deputado Manuel Amaral nos dias 5, 6 e 7.

4. O Deputado Carlos César foi substituído pelo deputado Francisco Oliveira nos dias 5, 6 e 7, pelo Deputado Fernando Fonte no dia 12.

5. O Deputado do PCP, Paulo Valadão faltou justificadamente nos dias 5, 6, 12 e 18.

6. O Deputado José Humberto Chaves faltou justificadamente nos dias 5, 6 e 7 e foi substituído pelo Deputado Manuel António Martins no dia 18.

7. O Deputado Fernando Menezes foi substituído pelo Deputado Duarte Pires na reunião do dia 12 e pelo Deputado Francisco Sousa no dia 18.

8. Os Deputados Rui Melo e Rosa Machado na reunião do dia 18, substituíram respectivamente os Deputados Carlos Silva e Jorge Valadão.

9. O Deputado Alvarino Pinheiro faltou justificadamente à reunião do dia 18.

CAPÍTULO II

TRABALHOS REALIZADOS

1. No dia 5 de Abril a Comissão tinha acordado uma deslocação à Ilha das Flores, uma parte dos seus elementos ficaram retidos na Ilha do Faial por razões climatéricas.

2. A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais na reunião plenária dos dias 5, 6 e 7 de Maio realizou os seguintes trabalhos:

a) Discussão e posterior aprovação do regimento da Comissão;

b) Discussão dos projectos de Lei nºs 267/VI (PSD) e 272/VI (PS), alteração à Lei 86/89, de 8 de Setembro - Reforma do Tribunal de Contas, emitindo parecer conforme o solicitado pela Assembleia da República;

c) Audição do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública sobre o Plano e Orçamento para 93 e PMP 93/96, nas áreas da competência da Comissão. Com a mesma finalidade foi ouvido o Secretário Regional da Saúde e Segurança Social;

d)Discussão da proposta de resolução do CDS - P.P. sobre o pagamento às Câmaras Municipais das compensações financeiras introduzidas pelo DLR n.º 3/92/A.

3. A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais na sua reunião plenária do dia 12 realizou os seguintes trabalhos:

a)Audição ao responsável pelo gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas, acerca das acções a desenvolver no âmbito do Plano e Orçamento para 93 e PMP 93/96;

b) Tomou conhecimento da devolução pelo Ministro da República do DLR n.º 26/92 - Contenção de Despesas, tendo sido decidido oficiar o Presidente da Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores para proceder em conformidade com a Lei n.º 16/79, de 26 de Maio - Participação das organizações de trabalhadores na elaboração de legislação de trabalho.

c)Apreciação à proposta de resolução do CDS-PP sobre a compensação financeira às Câmaras Municipais da qual será emitido parecer.

4. Na reunião plenária do dia 18 de Maio, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em Ponta Delgada, foi recebido em audição o Subsecretário para a Cooperação Externa.

O relatório de audição vai apenso a este relatório de Ante-Período, uma vez que por impedimento do Subsecretário não foi possível a audição do mesmo em tempo útil de forma a relatar as suas informações no relatório e parecer da Comissão sobre o Plano e Orçamento para 93 e PMP 93/96.

CAPÍTULO III

TRABALHOS PENDENTES

Na Comissão fica pendente o DLR n.º 18/92 - Revogação do DLR n.º 27/92/A "Audição da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores" o qual aguarda informações do Presidente do Conselho de Administração da AMRAA.

CAPÍTULO IV

PROGRAMAÇÃO DE TRABALHOS

A Comissão programou uma visita de trabalho à Ilha das Flores e Corvo para o mês de Junho.

Ponta Delgada, 18 de Maio de 1993.
O Relator, *José Maria Bairos*
O presente relatório foi aprovado por unanimidade.
O Presidente, *Jorge Valadão dos Santos".*

Presidente: Agradecia ao Sr. Relator da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais, o favor de ler o Relatório.
Deputada Fátima Oliveira *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

"**Relatório da Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais, nos termos do artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.**

(Ante-Período Legislativo de Maio de 1993)

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1. A Comissão é constituída pelos seguintes Deputados:

a) **PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD)**

- Rui Carvalho e Melo - Presidente
- Fátima Oliveira - Relatora
- Ana Gomes da Silva
- Rosa Machado
- Mark Marques
- Gonçalo Botelho
- Carlos Morais

b) **PARTIDO SOCIALISTA (PS)**

- Nélia Figueiredo - Secretário
- Ricardo Barros
- Fernando Fonte
- Francisco Sousa
- António da Silva Melo

c) **PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (PCP)**

- Paulo Valadão

2. *a)* A Comissão reuniu em plenário de 4 a 6 de Maio na Delegação da Assembleia Legislativa Regional, em Angra do Heroísmo.

b) A Comissão reuniu em plenário nos dias 11 e 12 de Maio na Delegação da Assembleia Legislativa Regional, em Ponta Delgada.

3. O Deputado António Silva Melo foi substituído na reunião do dia 4 de Maio pelo Deputado Francisco Oliveira.

4. O Deputado Paulo Valadão faltou justificadamente às reuniões dos dias 4 e 12 de Maio.

CAPÍTULO II

TRABALHOS REALIZADOS

1. A Comissão apreciou e deu parecer sobre as propostas do Plano de Médio Prazo 93/96 e do Plano e Orçamento para 1993 nas áreas que regimentalmente lhe estão atribuídas.

2. Para efeitos do n.º 1 ouviu os Srs..Secretários Regionais da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia; da Educação e Cultura; da Saúde e Segurança Social; da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações e o Sr. Sub-Secretário Regional da Comunicação Social.

CAPÍTULO III

TRABALHOS PENDENTES

Encontram-se pendentes nesta Comissão, para efeitos de parecer, as seguintes propostas e projectos de Decreto Legislativo Regional:

- Alteração do Decreto Regional n.º 23/80/A, de 15 de Setembro, que aplicou à Região Autónoma dos Açores, com adaptações, o Sistema de Protecção Social criado pelo Decreto-Lei n.º 160/80, de 27 de Maio.
- Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre "Atribuição de Incentivos para a Deslocação e Fixação de Professores na Escola Básica dos 2.ºs e 3.ºs Ciclos Maria Isabel Carmo Medeiros".
- Ante-Proposta de Lei "Integração do Intercâmbio Cultural Amador Nacional".

CAPÍTULO IV

PROGRAMAÇÃO DE TRABALHOS

A Comissão, no âmbito das suas competências regimentais, decidiu deslocar-se no próximo mês de Junho às Ilhas de Flores e Corvo, estando a ser preparado um programa de contactos com as populações e forças vivas locais.
A Comissão decidiu emitir parecer sobre as propostas e projectos referidos no capítulo anterior, em reunião a realizar no próximo mês de Setembro.

Ponta Delgada, 12 de Maio de 1993.
A Relatora, *Fátima Oliveira*
O presente relatório foi aprovado por unanimidade.
O Presidente, *Rui Carvalho e Melo*

Presidente: Finalmente, pedia ao Sr. Relator da Comissão de Economia, Finanças e Plano, o favor de ler o Relatório.
Deputado José Fernando Gomes *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relatório da Comissão Permanente de Economia, Finanças e Plano, a que se refere o artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

(Ante-Período Legislativo de Maio de 1993)

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Economia, Finanças e Plano, tem presentemente a seguinte constituição:

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD)

- Deputado António Almeida
- Deputado Gaspar da Rosa
- Deputado Humberto Melo
- Deputado José Fernando Gomes
- Deputado Manuel Arruda
- Deputado Manuel Brasil
- Deputado Victor Evaristo

PARTIDO SOCIALISTA (PS)

- Deputado Dionísio Sousa
- Deputado Fernando Lopes
- Deputado Francisco Oliveira
- Deputado Manuel António
- Deputado Manuel Serpa
- Deputado Mário Machado

2. A Mesa da Comissão é constituída por:

Presidente - *Deputado Victor Evaristo*

Relator - *Deputado José Fernando Gomes*

Secretário - *Deputado Francisco Oliveira*

CAPÍTULO II

REUNIÕES

1. A Comissão reuniu em plenário nos dias 26, 27 e 28 de Abril e 12, 13, 14, 18 e 19 de Maio, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em Ponta Delgada.

2. Nos dias 26, 27 e 28 de Abril, o Deputado Humberto Melo foi substituído pelo Deputado José Maria Bairos e, o Deputado Manuel António foi substituído pelo Deputado Humberto Chaves.

Nos dias 27 e 28 de Abril, o Deputado Dionísio Sousa foi substituído pelo Deputado Carlos César.

3. Nos dias 12, 13 e 14 de Maio, o Deputado Mário Machado foi substituído pelo Deputado Carlos César.

4. No dia 18 de Maio, o Deputado Manuel Arruda foi substituído pelo Deputado Victor Cruz e o Deputado Manuel António faltou justificadamente.

5. No dia 19 de Maio, o Deputado Manuel Arruda foi substituído pelo Deputado Rui Melo.

CAPÍTULO III

TRABALHOS REALIZADOS

A Comissão analisou e deu parecer sobre o seguinte:

- Proposta de Decreto Legislativo Regional: Regulamento de Exploração das Marinas da Região Autónoma dos Açores;
- Proposta de Decreto Legislativo Regional: Revogação dos artigos 4.º e 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/87/A, de 28 de Novembro;
- Proposta de Decreto Legislativo Regional: Alteração do Estatuto da SATA, Air Açores, E.P.;
- Proposta de Plano a Médio Prazo - 1993/96, Plano e Orçamento para 1993;
- Proposta de PMP-1993/96, Plano e Orçamento para 1993, parecer final, de acordo com o artigo 182.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional;
- Proposta de Resolução sobre o limite dos avales a conceder pela Região Autónoma dos Açores em 1993;
-Ante-Proposta de Lei para contracção de um empréstimo externo.

CAPÍTULO IV

TRABALHOS PENDENTES

Nesta data, a Comissão tem pendente o seguinte:

- Conta de Região de 1991, por aguardar parecer do Tribunal de Contas;
- Proposta de Resolução: Autorização para que o aeroporto internacional das Lajes preste assistência às escalas técnicas de aviação comercial;
- Proposta de Decreto Legislativo Regional: Cadastro dos Estabelecimentos Comerciais da Região Autónoma dos Açores;
- Proposta de Decreto Legislativo Regional: Alteração ao artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro (Rede Nacional de Áreas Protegidas).

Horta, 21 de Maio de 1993.

O Relator, *José Fernando Gomes*

O Relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Victor Evaristo".*

Presidente: Srs. Deputados esgotámos este primeiro ponto da nossa Ordem do Dia e antes de entrarmos no segundo ponto, vamos fazer um intervalo de 30 minutos.

Estão suspensos os nossos trabalhos por 30 minutos.

(Eram 16:55 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para podermos dar seguimento aos nossos trabalhos.

(Eram 17:45 horas)

Srs. Deputados nós vamos entrar na apreciação do ponto 2 da nossa ordem de trabalhos que se refere à apreciação de uma Proposta de Resolução sobre o "Plano de Médio Prazo para 1993/96", Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o

"Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 1993" e uma Proposta de Resolução sobre o "Plano de Região Autónoma dos Açores para 1993".

Como é do conhecimento dos Srs. Deputados nós vamos fazer a apreciação destes três documentos em conjunto e de acordo com aquilo que ficou decidido na conferência realizada na semana passada, os tempos que cada um dos partidos ou representações parlamentares e o Governo poderão utilizar, serão os seguintes:

Governo - 6 horas

Partido Social Democrata - 6 horas

Partido Socialista - 5 horas

Centro Democrático Social/Partido Popular - 45 minutos

Partido Comunista Português - 45 minutos

Isto dá um somatório de 18 horas e 30 minutos.

Estes tempos são globais, daí que se incluem todas as declarações, todas as intervenções e pedidos de esclarecimentos, perguntas, respostas, prestação de esclarecimentos e declarações de voto no final dos nossos trabalhos.

Lembro no entanto que do ponto de vista regimental os pedidos de esclarecimento e a prestação de esclarecimentos não devem ultrapassar um tempo de 10, 12 minutos, o que dará cerca de 4 intervenções visto que os pedidos de esclarecimentos ou perguntas não podem ultrapassar 3 minutos. De maneira que vamos seguir esta nossa disciplina regimental e com estes tempos globais.

Posto isto e para fazer a apresentação destes documentos, vou dar a palavra ao Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Agradecia também aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares o favor de fazerem chegar à Mesa as inscrições de forma a podermos ir alternando as intervenções dos Srs. Deputados, conforme o Regimento nos indica.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Gualter Furtado):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

As propostas de Plano de Médio Prazo de 1993 a 1996 e o Orçamento e Plano para 1993 em discussão, foram entregues de acordo com o prazo legalmente estipulado e previamente aprovado pela Assembleia Legislativa Regional.

Este adiamento na entrega destes documentos foi justificado e correcto, tendo em atenção a necessidade da Região conhecer melhor o enquadramento financeiro que está na base da realização do Orçamento e Planos, e a fase prévia de discussão e preparação do novo quadro Comunitário de Apoio, que não obstante, ter sofrido alguma perturbação com as indecisões e atrasos na rectificação e aprovação do Tratado de Maastricht, e felizmente julgamos que ultrapassadas, adiando assim a versão final, **pensamos que os custos inerentes a este atraso serão no futuro recuperados, se soubermos ter prudência e a flexibilidade que se exige para vencermos desafios deste final de século e entrada numa nova era.**

Estas propostas são as propostas possíveis, e não contendo todas as nossas legítimas pretensões, mesmo assim, ainda permitem a realização de muitas e variadas acções em todos os sectores e em todas as ilhas, e simultaneamente garantem o normal funcionamento dos serviços públicos.

Mas estas propostas de Orçamento e Planos reflectem também uma preocupação real de se adequar tanto quanto possível o ritmo de realização das Despesas Públicas às Receitas que se prevê virem a ser cobradas e arrecadadas, para um limite já fixado de endividamento pelo diploma que aprova o Orçamento de Estado. A propósito de endividamento, temos tido o cuidado de tentar conciliar as necessidades do desenvolvimento com o ritmo de recurso a empréstimos que não hipotequem o futuro. **Os mesmos que criticam as nossos opções de gestão da Dívida Pública, são os mesmos que** num dia nos mandam endividar mais, e no outro, mandam adequar o ritmo das nossas Despesas Públicas às nossas reais capacidade de cofinanciamento acusando-nos de estarmos a hipotecar o futuro da Autonomia.

Subsecretário Regional da Comunicação Social *(Joaquim Machado):* Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mas voltando às propostas do Governo, elas realmente não nos permitem realizar tudo quanto queríamos, até porque somos reivindicativos e exigentes, e até em alguns casos vamos ter de introduzir ajustamentos, que não queríamos nem desejávamos, vamos mesmo ter de elencar opções e ritmos de execução abaixo do que queríamos, mas seguir outro rumo é desaconselhável, e está de acordo com a nossa abertura para irmos procedendo a ajustamentos periódicos e

em função da evolução das Receitas, do que nos amarrarmos a propostas e a compromissos que descontrolem as Finanças Públicas Regionais.

Estes documentos são importantes para a Região autónoma dos Açores mas recusamo-nos a partilhar a ideia que eles **em exclusivo** sejam o elemento regulador da actividade económica, social e cultural dos Açores.

Numa Região com as características da nossa é admissível e de fácil defesa que o Estado tenha um papel acrescido no funcionamento dos diversos subsistemas, mas sempre que possível e de uma forma decisiva temos de ceder o espaço de intervenção pública a outros agentes porventura e certamente mais eficazes no desempenho de funções que se numa determinada fase tiveram de desempenhar pelo factor Público, hoje, elas devem ser realizadas e assumidas **pela iniciativa privada.**

Neste contexto estes documentos tem de ser analisados à luz de inúmeras iniciativas de vários agentes em presença que não o Governo e no potencial que o cofinanciamento gerar.

Estes documentos, têm também de ser compreendidos tendo como base uma situação de uma importante perda de receitas como eram as que tinham origem nos Acordos Internacionais.

Sim, Srs. Deputados, é que o actual regime de cofinanciamento Comunitário permite que uma verba de **auto-financiamento da ordem dos 7 milhões de contos ano, gere um Investimento Potencial Global de cerca de 28 milhões de contos ano, já que os projectos comunitários podem atingir cofinanciamentos da Comunidade da ordem dos 75%. É pois destas verbas e destes projectos que nos vimos privados.**

Não podemos ignorar esta realidade e a resposta só pode ser dada através de opções internas cada vez mais selectivas, maior solidariedade europeia através, por exemplo, de um aumento das taxas de comparticipação por parte da Comunidade Europeia nos projectos cofinanciados e também de um aprofundamento no relacionamento financeiro com o Governo da República, e é nestas frentes que temos concentrado os nossos esforços, tarefas estas que não são fáceis e só por demagogia, desconhecimento ou mesmo má fé alguns teimam em simplificar. **Não ignoramos** que o País ele próprio no seu conjunto também tem dificuldades e

exigências de cumprimento de compromissos comunitários que dificultam que a solidariedade possa ir tão longe quanto quereríamos. Mas mesmo assim não desistimos de lutar pelos direitos que nos assistem, e nunca somos conformistas.

Também não podemos ignorar que o actual peso das Despesas Correntes corresponde numa parcela significativa à necessidade que temos de manter em funcionamento os inúmeros investimentos que têm vindo a ser realizados por estes Açores fora. Basta referir que só no último quadriénio foram realizados e efectivamente pagos mais de 100 milhões de contos de Investimento Público. Para não referirmos a regularização de inúmeras situações de funcionários públicos com situação precária, ou da aplicação de leis da República que são justas mas agravam sobremaneira o Orçamento Regional.

As Despesas Correntes em termos globais estima-se que em 1993 cresçam cerca de 13,4% relativamente a 1992, quando em 1992 relativamente a 1991 tinham tido um crescimento de quase 25%. Sendo assim, o ritmo de crescimento das Despesas Correntes reduz-se em quase 50% e se expurgarmos os encargos correntes da dívida é mesmo alcançado, para já não falarmos nos 4 anos em causa que vai vigorar este PMP.

Num cenário de eliminação de uma importante fonte de financiamento do Orçamento Regional, com a actual e justificada situação das Despesas Correntes, com a actual lei de enquadramento de endividamento e a necessidade de se manter esta variável **sobre controle é pura hipocrisia pretender aumentar a Despesa Pública Global, manter o equilíbrio entre as Despesas Correntes e de Investimento, e ao mesmo tempo ter os pagamento em dia.**

Mesmo assim, iremos ter uma Despesas Pública Global **que este ano** incluindo as Contas de Ordem prevê um valor aproximado de 109,5 milhões de contos, o que representa um acréscimo de 9,2% em relação ao ano anterior.

Verba esta que atingirá os 125 milhões de contos se incluirmos **a Segurança Social. Caindo assim por base algumas previsões e afirmações menos consistentes e que são proferidas normalmente por autênticos profectas da desgraça uns por conveniência, outros por dever de ofício.**

Contribuir para uma parte base real da Economia Açoriana, fixando valor acrescentado melhorando o ritmo de crescimento do PIB, abrindo para tal espaço à iniciativa privada, **num quadro concorrencial e de risco**, ainda que salvaguardando políticas sectoriais de modulação constituem um dos pilares fundamentais da estratégia **de desenvolvimento dos Açores.**

Mas Sras. e Srs. Deputados o crescimento do VA Regional ou do PIB é fundamental e prioritário para garantir uma base sólida ao crescimento económico. Mas atenção, o crescimento económico por si só e do PIB não é um indicador qualitativo do desenvolvimento e necessita mesmo de ser cruzado com outros indicadores, é que existem sociedades miseráveis com condições de vida abaixo do nível absoluto de probreza e com fortes taxas de crescimentos do PIB.

Temos de trabalhar para melhorar o rendimento per capita da Região e possibilitar o bom desempenho económico no emprego, na produtividade industrial, e mesmo no consumo privado, a par de factores estruturais de que se destacam um "stock" de infraestruturas funcional, melhoria da estrutura produtiva, condições de vida capazes e uma política acertada e mesmo exigente nos Recursos humanos.

Presidente do Governo Regional *(Mota Amaral):* Muito bem! Muito bem!

O Orador: A melhoria destes indicadores nos Açores é indesmentível e têm tido uma evolução convergente com o conjunto do País, mas temos ainda um árduo e e**xigente e longo caminho a percorrer, e só é ultrapassável com a participação de todos.**

Tudo faremos para duma forma transparente e envolvendo os diferentes agentes da nossa sociedade, e de que é exemplo as diferentes reuniões de trabalho que temos vindo a realizar.

Ainda recentemente reunimos com todos os altos responsáveis das Autarquias e de uma forma aberta, discutimos e avaliamos o relacionamento técnico e financeiro entre as Autarquias e o Governo, bem como perspectivamos actuações futuras.

Estas sessões de trabalho contaram com a digna participação da Comissão de Política Geral da Assembleia Legislativa Regional, e foram abertas aos órgãos da comunicação social. Mas vamos alargar este diálogo a grupos de cidadãos não enquadrados nos Partidos e não desistimos do diálogo mesmo quando algumas

destas acções correm menos bem. **Estaremos abertos a contributos sérios e possíveis,** mas recusamos o bota-abaixo, o dirigismo, o intervencionismo paralizante, **e as teses que aprogoam por todo o lado de que tudo o que acontece de mau nas ilhas é da responsabilidade do Governo, até porque também recusamos** o que de bom e positivo acontece na Região e não os queremos monopolizar.

Subsecretário Regional da Comunicação Social *(Joaquim Machado):* Muito bem! Muito bem!

O Orador: Felizmente inúmeras iniciativas estão a ser tomadas e realizadas por diversas entidades e em diversos domínios, e ainda bem que é assim.

Uma política de fomento de Investimento e de Privatizações será prosseguida tendo em vista alcançar as metas traçadas.

O PDR Açores, estamos certos que não dando resposta a todas as nossas necessidades pode contribuir também e constituir mesmo um poderoso instrumento de desenvolvimento em complemento e articulação com as propostas agora em discussão.

Termino sem a preocupação de ter abrangido todas as áreas e todas as nossas iniciativas, reservando para os debates que naturalmente, e espero que proveitosamente ocorram nesta nossa Assembleia Legislativa Regional.

(Aplausos das bancadas do PSD e Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. - sempre esperados - Membros do Governo:

Temos perante nós, nesta Assembleia, sob a forma e a denominação de PMP 93/96 e de Plano para 93, os modelos perfeitos e acabados do anti-planeamento.

Temos o instrumento teórico e técnico da racionalidade e da racionalização da economia, transformado no modelo prático da irracionalidade, do arbítrio, do descontrole, da falta de rigor e de eficácia, da inadequação de grandes opções e objectivos sectoriais, de programas e de meios financeiros, de projectos e de acções.

Temos o Plano, desde sempre considerado como a aventura calculada, degradando-se, em 1993, nos Açores, em aventura inconsequente.

O instrumento da transparência "virando" modelo da ocultação e da mistificação, o instrumento da participação transformado no processo de distanciação entre o Governo e os agentes económicos e sociais, um meio privilegiado da articulação das competências entre esta Assembleia e o Governo, perante ela responsável, transformado na caricatura da sua subversão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Lida a sentença sobre o Plano nesta introdução, passemos à sua indispensável fundamentação.

Vou tentar escalpelizar alguns dos aleijões deste Adamastor de anomalias que é o PMP 93/96.

Comecemos pelo mal que lhe ataca a raiz e lhe apodrecerá os frutos: o modelo inadequado de programação.

O Estatuto da Região, Lei 9/87 de 26 de Março, dispôe o seguinte, na alínea l) do seu artigo 32.º, respeitante aos poderes da ALRA: "**aprovar o Plano Regional discriminado por programas de investimento**".

Acrescenta na alínea seguinte: "**aprovar o Orçamento Regional, discriminado por tipos de receitas e por dotações globais correspondentes às despesas de funcionamento e ao conjunto dos programas de investimento de cada Secretaria Regional**".

É o Decreto Legislativo Regional 12/91/A, de 26 de Agosto que transporta para a legislação ordinária o sentido e o conteúdo daquelas disposições.

Assim, nos números 3 e 4 do seu Art.º 4.º, relativos ao conteúdo dos planos regionais de médio prazo e anuais, refere, quanto aos primeiros, que, além de incluírem a análise da situação económica e social regional devem conter a identificação, a quantificação financeira, a discrição sucinta dos programas e a sua desagregação espacial.

Por sua vez, a proposta de plano anual, além dos elementos do PMP, "**deve ser acompanhada de documento que explicite os projectos que compõem os diferentes programas, o seu conteúdo e a sua desagregação ao nível de Ilha**".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

À primeira vista, os planos regionais que nos são presentes, considerados no seu aspecto meramente formal, parecem conformar-se com os requisitos legais.

O PMP 93/96, para além do diagnóstico da situação social e económica da Região, é constituído por programas, em geral suficientemente identificados e descritos e acompanhados da respectiva quantificação financeira desagregada por ilha.

É verdade que podemos ter justificadas reservas sobre o elevado montante financeiro não desagregado que quase atinge os 30% (29,66%) do valor total do Plano. Particularmente, se nos lembrarmos que, no anterior PMP, aquele montante pouco ultrapassava os 20%, atingia (22,9%). E se acrescentarmos ainda que um dos assim chamados "**eixo de desenvolvimento**" - o primeiro - tem quase 50% do seu valor não desagregado e que há programas inteiros sem qualquer desagregação por ilha (o 16 e o 17, por exemplo).

Mais particularmente ainda, se não esquecermos que há programas sem qualquer desagregação para os anos de 95 e 96 (o 2 e o 3, por exemplo) o que lhes dá uma "cara" excessivamente "bienal" para um médio prazo de quatro anos.

Se descontarmos ainda, os aspectos mais controversos do "rateio" das verbas por determinadas ilhas.

Caso da Terceira, por exemplo, que, tradicionalmente, se mantinha, na atribuição inicial de verbas do PMP, na casa dos 17% (no anterior cabia-lhe exactamente 16,54%), tendo mesmo ultrapassado os 18% em 85/88 e que, neste, não chega aos 15% (14,9%) exactamente.

Descontado tudo isto, e fiando-nos apenas nestes sinais, este PMP aparenta boa saúde legal.

O mesmo se tenderá a dizer da proposta anual.

Os programas aparecem-nos desdobrados em projectos explicitados financeiramente ao nível de ilha.

Esta perspectiva inicial depressa se revelará ilusória se começarmos a atentar nalguns pormenores.

Um deles será o facto de o anterior Plano de Médio Prazo 89/92 conter, não apenas 29 programas como o actual, mas bastantes mais. Exactamente mais catorze, isto é, 43.

Dito de outra forma.

Entre dois Planos a Médio Prazo consecutivos, sem que para o facto seja avançada qualquer razão técnica ou política, sem que se conheça qualquer esclarecimento ou debate prévio de carácter público, por parte dos órgãos políticos - Governo ou Assembleia - ou por parte dos órgãos técnicos, competentes em matéria de planeamento, procede-se a uma alteração pelo menos quantitativamente significativa, num elemento fundamental do nosso planeamento regional, como é o conceito de Programa.

Mais importante ainda temos de considerar este facto, se nos lembrarmos que é ele - o Programa - que marca a fronteira das competências do Governo e da Assembleia em relação ao Plano.

Com efeito, sempre assim foi, mas a legislação em vigor explicitou claramente este aspecto, no artigo referente às alterações ao Plano Regional - Art.º 5.º do DLR n.º 12/91/A.

Nele se diz que as propostas de alteração ao Plano serão submetidas ao Plenário da ALRA, exceptuando a afectação de verbas aos diferentes projectos de cada programa.

Noutros termos, isto significa que, aumentar os projectos nos planos anuais dá a esta Assembleia uma miragem de maior controlo sobre o Plano, mas diminuir o número de programas é extorquir-lhe competências políticas reais.

Por aqui, já poderemos constatar facilmente (para usar linguagem popular) que estão a dar "farel" a esta Assembleia para lhe roubar na "farinha", quando nos textos destes planos nos acenam com um programa com muitos projectos.

É o que fazem descaradamente, por exemplo, com o programa de agricultura (o n.º 1), ao escrever que "**ele compreende um conjunto amplo de acções agregadas em nove projectos**".

Podemos também tirar daqui já uma rápida e fácil conclusão.

Segundo o esquema das actuais propostas, Secretários Regionais responsáveis pela execução de 3 programas ou menos, dificilmente voltarão a esta Assembleia, por causa das transferências de verbas de investimento das suas Secretarias.

Será o caso de nada menos de cinco Secretários e do Próprio Presidente do Governo.

Correrão o risco da necessidade de nova "desobriga" nesta Assembleia apenas dois Secretários: O SRJECIE e o SRHOPTC, respectivamente com seis e nove programas.

Em face desta consequência previsível, bem se poderá dizer que Mota Amaral consegue, por outros meios, aquilo a que aspirou em 1985, através de uma Proposta de Resolução com que pretendeu enquadrar a discussão e a votação dos Planos e do Orçamento.

Reduzir esta Assembleia à discussão, no Plano a Médio Prazo - e cito a tal proposta de resolução - das "grandes opções globais e sectoriais de desenvolvimento regional e às linhas gerais da actuação do Governo no período respectivo, bem como os investimentos previstos".

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas, Transportes e Comunicações *Natalino Viveiros):* Era o que faltava!

O Orador: Com efeito, que vamos nós discutir e votar nesta Assembleia, num Plano que nos apresenta um só programa para toda a agricultura, um só programa para as pescas, para o turismo, para o ambiente, para as construções escolares, para a energia, para a juventude, e assim sucessivamente até somar 29 sectores, só por eufemismo chamados programas, se não meras grandes opções sectoriais?

Por este simples efeito quanto à presença dos Secretários nesta assembleia, embora de carácter, digamos, quase lateral, as consequências daquela alteração quantitativa ao nível do número de programas, altera profundamente a responsabilidade política daquele Governo perante esta Assembleia no controlo dos investimentos previstos nos Planos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para melhor clarificação desta questão julgo oportuno continuar a lançar um olhar retrospectivo sobre alguns aspectos da história do planeamento nesta Assembleia.

Nos últimos 3 planos a médio prazo, 81/84, 85/88 e 89/92, a arrumação dos programas era feita por sectores, com dois sempre constantes - os sectores económicos e sociais - e um terceiro sector que recebeu designações e subdivisões várias: sector de apoio, infraestruturas económicas, administração regional e local, etc,.

O número de programas em cada um daqueles PMPs também sofreu alguma oscilação.

Em 81/84 foram 51 programas.

Em 85/88 foram 62 programas, a que acresciam mais três de carácter meramente conjuntural para os problemas ligados à reconstrução do sismo de 80.

Em 89/92 foram, como já se disse, 43 programas.

Quanto à distribuição de programas por Secretarias, se exceptuarmos aquelas, por natureza, menos vocacionadas para o investimento, como finanças e planeamento, a média de programas oscilou entre 4 a 6 por Secretaria.

Este número indicia uma grande estabilidade à volta da noção técnica e política de programa.

Com efeito, esta dilucidação e estabilização da noção de programa reporta-se a 1978, por ocasião da apresentação e discussão da Proposta de Plano para o ano seguinte.

Se agora, em 1993, o Governo Regional nos apresenta um Plano estruturado por Sectores/Programas que abrangem toda a agricultura, a totalidade das pescas, todos os aspectos do turismo, etc, etc, abarcando, cada um deles, diversificadíssimos projectos; então, em 1978, o Governo estruturava o Plano em 35 programas subdivididos, por sua vez, em múltiplos subprogramas.

A agricultura, por exemplo, incluía o programa agrícola, o programa florestal, o programa pecuário e um programa de extensão.

O Programa agrícola, por seu lado, era constituído pos seis sub-programas (fomento arvense, fomento das culturas arbustivas e arbóreas, fomento hortoflorícola, defesa sanitária das plantas, construção de edifícios e armazéns e desratização).

Ouçamos a apreciação da então Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros.

"**Verifica-se que em alguns programas constantes da Proposta, se agregou um número não só excessivo e diversificado de acções, como também de objectivos.**

É evidente que qualquer classificação de programas, consoante o seu maior ou menor grau de agregação, para além da obediência a princípios técnicos, tem consequências políticas e funcionais importantes e deve conter uma coerência no seu todo.

E acrescentava-se:

"Se com um elevado grau de agregação num mesmo programa, se incluírem acções muito diversificadas, ou visando objectivos distintos, fica dificultada a apreciação da Proposta e a função do acompanhamento do Plano, pela Assembleia Regional".

Na base destas considerações estava a noção rigorosa de programa que o referido relatório reproduzia:

"**Programa é um conjunto de projectos ou acções que, conduzidos sobre a responsabilidade de uma mesma entidade e que pela sua mútua articulação e interligação, permitem alcançar um ou mais objectivos genéricos, em certo período de tempo, visando a satisfação de reconhecidas necessidades**".

(*Pausa)*

Até agora não meti, agora é que vou meter!

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas, Transportes e Comunicações *Natalino Viveiros):* Estamos quase a tomar café!

O Orador: Resultado de todo este debate de 1978.

A proposta do Governo foi radicalmente reformulada, transformando-se muitos dos programas em sectores e dos subprogramas em programas resultando uma proposta final de plano englobando 67 programas.

Foi este modelo que se manteve até à presente proposta de plano que, a pretexto de inovar, regressa, de facto, a um estádio anterior e já superado e recusado por esta Assembleia.

Depois da tentativa de 1985, já aqui lembrada para o debate e aprovação do plano, esta é nova tentativa de Mota Amaral, mas, agora, na elaboração da própria proposta do plano para retirar competências políticas a esta Assembleia.

Como já demonstrámos, nesta Assembleia, em relação a outros assuntos, com Mota Amaral nunca se avança, quando muito, regressa-se sempre a velhas obsessões.

Subsecretário Regional da Comunicação Social *(Joaquim Machado):* O povo é que responde a isso!

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Está demonstrado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta história poderá ter parecido longa no contar e incómoda no ouvir, mas penso que é suficientemente elucidativa em si mesma, para dispensar que me alongue em muitos comentários.

Subsecretário Regional da Comunicação Social *(Joaquim Machado):* Infelizmente!

O Orador: Vou-me contentar, em tentar esboçar a resposta à seguinte pergunta:

E agora, que fazer?

Votar contra estes documentos? Sem dúvida.

Alterá-los, à semelhança da Assembleia de 79?

Seria necessário que, hoje, como então, ela o quisesse.

Mas não o quer, pois não?

Deputado Rui Melo *(PSD):* Estamos pensando!

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações *(Natalino Viveiros):* Isso é óptimo!

Vozes da bancada do PSD: Não!

O Orador: Se além do exemplo de 1979, esta Assembleia quiser uma resposta teórica para este problema, também a poderá encontrar nos textos daqueles já recuados anos.

Com efeito, naquela data, a mesma Comissão apresentava o seguinte texto para explicitar o conteúdo do Plano:

"**A proposta do plano conterá, além das grandes opções... a concretização dos respectivos objectivos que descerão ao nível dos programas, no plano de médio prazo e dos projectos, no plano anual**".

Como sabe, esta versão nunca viu concretização legislativa.

As soluções de compromisso foram outras e os projectos foram atirados para um anexo meramente informativo sem qualquer valor legal.

Por isto mesmo, sangram-se "em saúde", e inutilmente, os membros do Governo que andam a desdobrar-se em promessas de mudanças de verbas de projecto para projecto.

Não passam de simples intenções que, em muitos casos, nem sequer tem o alibi de serem "boas intenções".

Ainda mais uma observação final.

Não me venham gritar que a elaboração e a aprovação de um plano anual que desça ao nível do projecto é impraticável técnica ou politicamente.

Quem quiser um argumento prático comprovativo desta possibilidade, bastará constatar a diferença entre o mapa V constante das pags. 77 e 78 da proposta de Orçamento para 93, com os seus genéricos e inexpressivos 29 rótulos de programas e "gordíssimos" sacos azuis de verbas globais e compará-la ao mapa XI do Orçamento do Estado.

Este, mais conhecido por PIDAC contém, como dispõe o n.º 4 do Art.º 12.º da Lei do Orçamento de Estado os programas e projectos que impliquem encargos plurianuais, com os mesmos devidamente discriminados - os projectos - nas suas fontes de financiamento e na sua repartição por regiões e distinguindo ainda, para cada caso em concreto, os projectos em curso e os projectos novos.

Modelos e exemplos não faltam.

Queira o Governo adoptá-los e saiba esta Assembleia impô-los, exercendo as suas competências em vez de, delas se deixar esbulhar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Resta-me repetir no fim, depois de demonstrado à saciedade, o libelo acusatório com que iniciei esta intervenção:

Temos perante nós, nesta Assembleia, sob a forma e a denominação de PMP 93/96 e de Plano para 93, os modelos perfeitos e acabados do anti-planeamento.

Temos o instrumento teórico e técnico da racionalidade e da racionalização da economia transformado no modelo prático da irracionalidade, do arbítrio, do descontrole, da falta de rigor e de eficácia, da inadequação de grandes opções e objectivos sectoriais, de programas e de meios financeiros, de projectos e acções.

Temos o Plano, desde sempre considerado como a aventura calculada, degradando-se, em 1993, nos Açores, em aventura inconsequente.

O instrumento da transparência virando modelo da ocultação e da mistificação, o instrumento da participação transformado no processo de distanciação entre o Governo e os agentes económicos e sociais, um meio privilegiado da articulação das competências entre esta Assembleia e aquele Governo perante ele responsável, transformado na caricatura da sua subversão.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: O Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública pediu a palavra com que finalidade?

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Gualter Furtado):* É para dar um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Gualter Furtado):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É um ligeiro esclarecimento.

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa vem utilizando uma linguagem habitual e de certa forma ritual.

Vem-nos aqui afirmar que a redução dos Programas significaria, necessariamente, falta de transparência.

Eu devo recordar que o próprio Sr. Deputado Dionísio de Sousa que na discussão do anterior Plano a Médio Prazo, acusáva-nos precisamente de este Plano ser um Plano

desarticulado sectorialmente, ser um Plano com acções desgarradas, ser uma listagem de acções e perfeitamente descabidas.

Ora, o que esteve na base da junção de alguns Programas foi exactamente três coisas muito simples.

Primeiro, adequar a estrutura de Planeamento Regional àquilo que se passa em termos nacionais e mesmo assim aquilo que foi presente à Assembleia da República só prevê apenas as grandes opções.

Nós nunca recusamos e já demos provas de dar qualquer informação detalhada à Comissão de Finanças e Planeamento e aos Srs. Deputados quando o solicitam desde que tenhamos essa informação disponível.

Disponibilizamos essa informação a começar pelas as empresas públicas, serviços e fundos autónomos, por vezes não dentro do período de que gostaríamos, com a celeridade que gostaríamos, mas V. Exas. tem tido toda a informação.

Segundo aspecto - Estes Programas foram elaborados, elencados e ajustados à nova Orgânica do Governo. Não fazia sentido haver acções dispersas por diversos departamentos, haver programas desarticulados e que não tivessem o mínimo de consistência entre eles.

Finalmente, foi com uma questão que se prende com a variável comunitária.

É assim que todas as Regiões da Europa ou quase todas, preparam o seu instrumento de Planeamento.

Como tal, fomos tão longe quanto possível e mesmo assim não fizemos...

Presidente: O Sr. Secretário Regional dispõe de mais um minuto.

O Orador: ... os Programas tão compactos como outras Regiões o fizeram.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional retoma agora da bancada algumas daquelas incoerências de que lançou mão já na tribuna, dizendo que eram as mesmas pessoas que ora

queriam dívidas, ora queriam investimento, ora queriam pagamentos aos empreiteiros, ora queriam pagamentos aos trabalhadores.

É esse o discurso e que mais uma vez era o Plano possível. Mais uma vez não é o Plano possível. Mais uma vez não é a programação possível. A comparação com outras regiões e sobretudo a comparação a nível nacional é uma perfeita desfaçatez, porque esta Assembleia ao contrário do que acontece a nível nacional, aprova por imposição estatutária os Programas de Investimento.

É evidente que se se altera a noção do Programa. Se se põe 9 programas no mesmo Projecto. Se põe na agricultura todo o sector agrícola, porque se chama Programa a um sector agrícola na sua totalidade que inclui ordenamento agrário, defesa sanitária, experimentação e formação agrária, sanidade e higiene pública veterinária, protecção da produção agrícola, apoio às exportações, apoio ao associativismo agrícola e o desenvolvimento da agro-pecuária.

Porque se chama a isso Programa? Não é, nunca foi. Não há nenhuma interligação funcional entre estes projectos. Há é todo um sector reduzido a um único Programa. Há é todo um sector que fica liberto da fiscalização desta Assembleia e da responsabilização perante ela, porque em relação aos 9 projectos que o compõe o Secretário Regional da Agricultura e Pescas sem necessitar de autorização da Assembleia, pode tirar do associativismo agrícola e pôr no ornamento agrário, retirar da experimentação e pôr na protecção à agricultura.

É isto que este Governo procura,...

Deputado Victor Evaristo *(PSD):* Isso é que é gerir?! O Sr. é que não sabe gerir! Isso é demagogia!

O Orador: ... isto é um descontrole, é falta de rigor,...

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: ...isto é fuga à responsabilização perante esta Assembleia que aprova...

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: ... um plano por Programas de Investimento. Não aprova grandes opções sectoriais. Temos todo um sector agrícola em relação ao qual aprovamos uma verba para investimento...

Deputado Victor Evaristo *(PSD):* E depois?!

O Orador: ... de 14 milhões de contos. Tudo isto desresponsabiliza o Secretário Regional perante esta Assembleia, porque pode...

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: ... transferir de projecto para projecto enquanto que esta Assembleia fica sem a menor possibilidade de controlar visto que esse descontrole é imposto à priori. Foi esta Assembleia que interpretou em 79 e o Governo Regional até agora sentiu-se na obrigação de respeitar essa interpretação, mas porque neste momento...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse visto que o seu tempo já acabou.

O Orador: ... é um poço sem fundo de dívidas, é poço sem fundo...

Deputado Victor Evaristo *(PSD):* O que é que tem a ver com o que o Sr. Secretário disse?!

O Orador: ... de falta de rigor.

Pretende a liberdade total para continuar a usá-la tal como lhe apetece ou melhor fora do controle democrático desta Assembleia. Fora das vistas da própria população em relação aos dinheiro que recebe e vai esbanjando. É a continuação do mesmo...

Deputado Victor Evaristo *(PSD):* Qual esbanjar!

O Orador: ... processo de aventureirismo financeiro em que caímos nos anos anteriores. Simplesmente...

Presidente: Sr. Deputado, naturalmente, não me ouviu.

O Orador: Não,não ouvi!

Presidente: À minuto e meio atrás chamei-o atenção, dizendo que lhe faltava um minuto e à meio minuto pedi-lhe que terminasse, porque já tinha esgotado o seu tempo.

De maneira que agradecia ao Sr. Deputado que se pudesse terminar...

O Orador: Ainda bem, porque estava cometendo o mesmo excesso do Governo Regional. Tenho que me limitar ao meu programa ao passo que o Governo Regional não.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Com um significativo atraso em relação a calendários anteriores, a Assembleia Legislativa Regional dos Açores inicia o debate do Plano de Médio Prazo e o respectivo Orçamento, que irão gerir a Região Autónoma.

Não são documentos de uma abordagem fácil, neste tempo e neste espaço de conjunturas imprevisíveis, mas são, tão somente, um mero instrumento orientador para a acção do Executivo dos Açores nos próximos anos.

À volta do grande debate centralizado na chamada crise financeira, estas medidas propostas pelo Governo dos Açores não são de molde a satisfazer as reais necessidades de desenvolvimento, indispensáveis para se atingir níveis de progresso, objectivados pela exigência da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia.

À Região Autónoma chegou, igualmente, um sintoma preocupante de desconfiança, emanado das multiplas actividades e interesses da sociedade civil, muitas vezes assumindo-se como poderes organizados.

Todos nós defendemos que é saudável em democracia que os cidadãos questionem ou ponham em causa os Governos e os políticos, mas, entendamo-nos, não será lá muito saudável que se alimente um sentimento de suspeição generalizada, não só sobre os agentes políticos, mas também em relação às próprias instituições democráticas, legitimadas pelo voto desses mesmos cidadãos.

Quer-nos parecer que o problema desta insistente cultura da desconfiança provoca o enfraquecimento das estruturas democráticas, originando o aparecimento de novos problemas e tensão sociais que desacredita a própria democracia.

Cabe-nos, Governo e parlamentares, como expoentes máximos do regime democrático nos Açores, inverter essa ordem de coisas, transmitindo aos cidadãos sentimentos de confiança nas instituições, **sobretudo nas instituições onde servimos**, legitimados pelo voto democrático.

Transmitir-lhes segurança e estabilidade, respondendo às suas dúvidas, críticas e anseios, consciencializando-os que existe um futuro para eles e para os seus filhos.

Para isso, o cidadão tem que sentir que participa na construção de uma nova ordem e que a sua opinião conta para alguma coisa.

A clivagem entre eleitores e eleitos, transmite um certo tipo de afastamento, marginalizando, tantas vezes, quem tem significativas aportações para o bem colectivo.

A nossa gente tem que sentir-se responsável e responsabilizada; tem de perceber que vive num mundo onde não só existem facilidades; têm que ter presente que os Açores já foram uma Região muito pobre onde o único remédio para a fome era a emigração; tem de saber sobre as ameaças de um mundo em que 20% da população possui 82% do produto nacional bruto do planeta e em que os 20% mais pobres apenas têm 1,4% dessa riqueza.

Se os nossos concidadãos não entenderem isso, e se nós não tivermos capacidade e militância para levar essa mensagem aos cantos mais afastados da Região Autónoma, não teremos, certamente, gente solidária e empenhada na resolução dos nossos mais prementes problemas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É num contexto de crise que aqui nos encontramos.

A Europa atravessa uma das suas maiores dificuldades desde a II Guerra Mundial, nomeadamente nas altas taxas de desemprego, na baixa dos níveis da qualidade de vida das populações e na correlação dos mercados.

A ideia de um prazo a cumprir, interligado à metodologia gradual dos progressos comunitários, asfixiou as pequenas economias e criou graves problemas nas chamadas regiões ultra-periféricas.

Criaram-se expectativas falsas de um grande "boom" económico que, aliado à perspectiva do conceito do estado prolector, motivou um exagerado aumento do consumismo, uma quebra significativa nas poupanças e um sentimento de que tudo vai bem, desde que o emprego e a respectiva remuneração estejam garantidos.

Vive-se o dia-a-dia como se acontecesse o "day after" da catastrófica explosão nuclear, perde-se a confiança nas palavras que indiciam sinais de perigo e, muitas vezes por razões que nada têm a ver com o interesse colectivo, menosprezam-se e rejeitam-se medidas restritivas e de contenção de despesas.

O Plano de Médio Prazo e o respectivo Orçamento, são, obviamente, um reflexo de tudo o que até aqui afirmámos.

Surge numa altura em que o tempo político e o tempo económico não coincidem.

Apanha-nos no meio de um debate entre uma "ordem velha" europeia e o surgimento de uma "ordem nova".

Acontece quando se sente uma necessidade premente de adaptar as instituições a novos valores, a novos equilíbrios, a novas regras, a novas fórmulas, assente em novos protagonismos e, sobretudo, em novas mentalidades.

Remetidos à nossa ultraperiferia, escapa-se-nos um pouco a possibilidade de exercermos esse novo protagonismo e há que inventar novas maneiras de gerir a crise que atravessamos, tentando minimizar os efeitos negativos exógenos e maximizar os recursos endógenos, reafirmando a nossa capacidade provada e repetida ao longo dos séculos, arrostando, tantas vezes, com situações muito mais críticas e gravosas.

E deles saímos vencedores porque soubemos transmitir a todos confiança, segurança e perspectivas animadoras para o futuro, fazendo despertar o empenhamento colectivo, congregando esforços na luta ao redor de objectivos comuns; enfim, exerceu-se a solidariedade como indispensável à sobrevivência como Povo.

É essa solidariedade que é urgente incutir aos nossos concidadãos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em tempos normais, não seria este o nosso Plano e o nosso Orçamento.

Dele diríamos ser uma proposta pouco arrojada, desincentivadora e em nada apropriada aos desafios do século XXI, que é urgente começar equacionar.

Dele diríamos que pouco investe em actividades reprodutivas, que não satisfaz as ainda prementes carências das nove ilhas da Região Autónoma dos Açores.

Denunciaríamos uma certa repugnância pela burocracia de Bruxelas e alguns dos seus sintomas centralizadores.

Estranharíamos a extrema dependência da Região perante os "fundos de coesão", que se revelam agora de uma indispensabilidade a toda a prova, para que não estagnemos no âmbito da crise.

Não estaríamos expectantes do voto inglês a Maastricht, último elo da adesão à cadeia solidária da Europa.

Exigiríamos mais verbas para os sectores que nos dão riqueza, emprego e perspectivas tranquilizadoras, entre as quais me permito destacar, por ser já uma questão velha, o Porto de Pescas Industrial de S. Miguel, por toda a dinamização envolvente à sua concretização e ao seu funcionamento e os sempre presentes caminho de penetração e de acesso às pastagens, de onde jorra o "oiro branco" que suporta grande parte da nossa economia.

Repudiaríamos aspectos resultantes desta "tranquilidade" que se instalou entre nós e que tem permitido alguns atentados à nossa inteligência como Povo, mesmo até quando, entre nós, repetimos, se esboçou a ideia peregrina de remeter para o Governo Central as responsabilidades inerentes às despesas da Saúde e da educação ou até, pela falta de um espírito autonómico de base e de facto, na aceitação tácita de horas de exame madrugadores para os jovens açorianos, com a resignação de um "consumatum est", sem resistência.

Poríamos em questão a ausência de rapidez na execução de planos para a protecção de lagoas, que ainda são o nosso "ex-libris", para já não falar no triste e lamentável abandono a que se encontra votada a orla marítima da Ribeira Quente, com o mar, na invernia, a galgar e a desfazer a terra solta.

Deputado Carlos César *(PS):* Só! Isso é só nos sítios por onde o Sr. passa!

O Orador: Não nos preocuparia a recente desvalorização do escudo, que faz aumentar em cerca de um milhão de contos, a dívida pública regional.

Mas o aparecimento destes documentos surgem, como dissemos atrás, numa altura em que o tempo político não coincide com o tempo económico, sem que, ainda por cima, nenhum deles se ligue com o tempo cultural dos nossos dias.

E o que é preciso, acima de tudo, é assegurar a governação dos Açores, em paz e em estabilidade social e política, para que a Região Autónoma continue a andar para a frente, possibilitando a cada açoriano a segurança no emprego e perspectivando dias melhores para quando a crise, finalmente, sair dos nossos horizontes sempre iguais e nos permitir respirar fundo, livres do ar pesado e húmido com que o nevoeiro da crise pretende asfixiar-nos.

Apesar de tudo, nota-se nestes documentos que o esforço para a modernização vai continuar e, acrescente-se, em níveis superiores aos de outras regiões do nosso País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Alguém disse um dia que Max e Toequeviele foram as duas grandes apostas de futuro no século XIX.

Hoje está à vista de todos que foi Toqueviele quem ganhou esse desafio.

A democracias, a solidariedade, a segurança e o respeito pela pessoa humana, são objectivos que continuam a desafiar as sociedades em geral e a nossa em particular, para os preservarmos e os defendermos.

O caminho da Região Autónoma está traçado. E a palavra de ordem, só pode ser uma: mesmo com as dificuldades do presente, temos de unir esforços, juntarmo-nos e arrancar a coragem do fundo da alma, com orgulho do que fomos, do que somos e do que queremos ser: Para a frente. Para a frente. Para a frente.

Somos capazes de vencer esta contrariedade.

Os nossos concidadãos estão à espera da nossa determinação como exemplo galvanizador de vontades.

Estamos, afinal, ao seu serviço.

Ao serviço dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Avante! Avante!

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Nós consideramos muito importante e absolutamente necessário que ao falar-se em desenvolvimento na Região estejam sempre presentes as nossas realidades; somos nove Ilhas, as quais encontram-se em estádios de desenvolvimento diferentes; e, em situação de crise, as que maiores dificuldades encontrarão serão sempre as mais afastadas, as menos populosas, as menos desenvolvidas.

As ilhas mais pequenas são as que vivem em maior dependência do orçamento público regional. A Região é um dos maiores, senão o maior empregador directo, nos últimos tempos tem patrocionado indirectamente numerosos postos de trabalho através fundamentalmente das infraestruturas que se têm realizado, e toda a economia dessas ilhas está quase totalmente na dependência de muitos e diversos fundos públicos regionais. Mas, para além das suas fragilidades económicas, financeiras e até sociais, as ilhas mais pequenas continuam hoje a sofrer mais estrangulamentos que as ilhas maiores e ainda necessitam de diversas infraestruturas.

Um dos casos mais elucidativos daquilo que acabamos de afirmar é a Ilha das Flores. Durante muitos anos, mesmo depois da Autonomia e enquanto havia algum desenvolvimento em outras, ela permanecia tal como se encontrava em Abril de 74. Nos últimos quatro anos iniciaram e avançaram algumas infraestruturas, mas as mais importantes ainda não terminaram.

Estão neste caso o **Porto, o prolongamento da pista do Aeroporto, a Casa de Repouso para a Terceira Idade em Santa Cruz, a Residencial da Siturflor, a fábrica de lacticínios, a recuperação do Convento da S. Boaventura,** obras essas contempladas no Plano. Umas já deveriam ter terminado; outras, o Orçamento irá pagar trabalhos efectuados em 1992. No caso concreto da Residencial da Siturflor, considerámos que o Governo Regional não tem zelado pelos interesses dos dinheiros públicos, na medida em que a obra há aproximadamente um ano está quase parada, falta-lhe pouco mais que os arranjos exteriores, e ela não abriu ao público, estamos convencidos, que por pressões de quem coloca os seus interesses pessoais acima de qualquer outro interesse e porque o Governo Regional, de facto, ainda não compreendeu que os dinheiros públicos ali aplicados só se tornarão rentáveis quando aquela infraestrutura estiver a funcionar. Estamos no início da época turística e a Residencial para além de continuar fechada e de não abrir - estamos convencidos - durante os próximos meses, continua a ter junto a ela a Casa de Matança, a qual necessariamente terá que ser encerrada quando ela abrir.

O Governo Regional tem a obrigação moral de terminar as infraestruturas que referimos e durante o corrente ano.

Mas, obras há que o relatório anual de execução do Plano referente a 1992 considera concluídas, as quais continuam orçamentadas em 1993; são exemplos a ampliação da Escola Primária de Santa Cruz contemplada no Plano deste ano com 30.000 contos e a Escola Preparatória com 27.500 contos; das duas uma, ou a obra não estava concluída em 1992 como se escreveu no relatório, ou os dinheiros gastos em 1992 só serão pagos em 1993. E isto tem como consequência imediata que as verbas apresentadas para financiamento do Plano para 1993, estão empoladas, porque uma parte delas foram gastas em 1992.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs Secretários Regionais:

Na Ilha das Flores foram criadas expectativas em relação a diversas infraestruturas não contempladas, nem no Plano para 1993, nem no Plano de Médio Prazo.

No relatório de execução de 1992 são referidos pagamentos pelo **"Estudo técnico-económico dos Recursos Hídricos das Flores" e pelo "Estudo do Aproveitamento Hidroeléctrico da Ribeira Grande"**, também já foram referidas por diversos responsáveis regionais a necessidade de aproveitamentos hidroeléctricos nas Flores e, nos Planos em apreciação, não encontramos qualquer referência que nos leve a acreditar na sua efectivação nem tão pouco, em levar a cabo a **construção de uma Barragem** que, pelo menos, rentabilize a Central Hidroeléctrica existente.

É também preocupante que não esteja desagregada qualquer verba para **o apoio à Federação de Municípios das Flores**, entidade que continua responsável pelo abastecimento de energia eléctrica à ilha.

No Plano de Médio Prazo 1989-92 referia-se o restauro da **Fábrica da Baleia de Santa Cruz,** o que efectivamente não aconteceu e não vem contemplado no PMP em discussão; é uma obra onde já foram gastos dinheiros públicos, mas se não for continuada a restauração, será cada vez maior a degradação.

Desde há muito que se considera a necessidade e a urgência duma **Marina** nas Flores; o próprio Presidente do Governo Regional numa visita oficial reconheceu essa necessidade; no Plano ela não está contemplada.

Foi, aqui mesmo, nesta Assembleia, reconhecida pelo Governo Regional a necessidade da **reparação dos Portos Pesqueiros;** essa reparação, nunca executada,

já foi contemplada em Planos anteriores; nos actuais documentos não verificamos existir verba com esse destino pelo menos nos documentos apresentados.

O Plano prevê a construção do Matadouro para 1994. Antes tarde do que nunca! Embora seja uma infraestrutura muito urgente, esperamos que efectivamente seja executada **e de acordo com as normas comunitárias e nacionais exigíveis àquelas infraestruturas.**

Mas, para além destas, a Ilha das Flores continua deficitária em muitas e diversas outras infraestruturas; umas que envolvem verbas avultadas, mas outras onde não é necessário senão a boa-vontade em resolver situações anómalas. Por exemplo, **a construção de uma Ponte** sobre a Ribeira Grande, na Estrada Regional que liga a freguesia da Fajã Grande ao resto da ilha é uma obra que exige um gasto muito diminuto.

Não deixarei de elencar um conjunto de infraestruturas necessárias, para comprovar a sua necessidade:

- entreposto frigorífico de apoio às pescas;

- caminhos de acesso às explorações agro-silvo-pecuárias e manutenção dos existentes em condições de serem transitáveis;

- conclusão da estrada da Volta da Ilha;

- Escola Preparatória (para o 2.º ciclo do Ensino Básico) nas Lajes;

- Casa de Repouso para a Terceira Idade nas Lajes;

- Apoios para a reparação de diversas Igrejas;

- Pousada da Juventude, etc, etc.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Quanto ao ambiente, por muitas e diversas vezes temos reclamado a necessidade de um combate eficaz à eutrofização das **Lagoas das Flores,** algumas das quais continuam a ser infestadas por plantas aquáticas; e aqui, há a agravante, de que todas as zonas vizinhas das Lagoas são terrenos do domínio público, geridos pela Secretaria Regional da Agricultura e Pescas através da Administração Florestal, pelo que qualquer intervenção não colide com interesses privados, como acontece noutras ilhas em relação aos terrenos circunvizinhos; nós consideramos preocupante a resposta que o Governo Regional, através do Gabinete do Secretário Regional de

Habitação e Obras Públicas, nos dá, em 26 do passado mês de Abril, a um requerimento que apresentamos sobre o processo de eutrofização das lagoas da Região e onde apenas são referidas **"acções relativas às lagoas da Ilha de S. Miguel"**!!! É condenável esta atitude deste Governo Regional, que pura e simplesmente esquece os interesses de toda a Região, e procura apagar os fogos onde eles são ateados com maior intensidade, ou seja, onde as pressões são mais fortes. Basta! Não podemos permitir que o ambiente natural da Região continui a degradar-se.

Mais uma vez queremos lembrar que a **Rocha dos Bordões** das Flores necessita de uma intervenção séria e competente, no sentido da salvaguarda dum património único na Região e raro em qualquer parte; sem a intervenção que reclamamos e com a invasão de arbustos que sofre, para além dos desmoronamentos que se têm sucedido, a beleza natural da rocha corre o risco de perder-se a breve trecho.

Ainda quanto ao ambiente e à qualidade de vida é nosso dever denunciar que, nas Flores, os lixos continuam a ser depositados a céu aberto; durante a passada legislatura houve estudos, no sentido do problema dos lixos ser resolvido com aterro sanitário, mas nem a isso se chegou; pela nossa parte, continuaremos a defender a opção correcta e necessária para as Flores que é **o tratamento dos lixos** e, até ao momento, não foi elaborado qualquer estudo nesse sentido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em documento distribuído pelo Senhor Secretário Regional da Saúde e Segurança Social fomos informados da futura execução dos **polivalentes de Ponta Delgada, Lajes, Fajã Grande e Santa Cruz** através do orçamento da Segurança Social; em primeiro lugar entendemos que estas verbas deveriam ser fiscalizadas por esta Assembleia e integradas no Plano Regional. Por outro lado, preocupa-nos que a 2.ª Fase do Polivalente das Lajes dependa de disponibilidade financeira, conforme se refere no documento. Para além disto, embora se preveja a instalação dum Posto de Saúde nesse Polivalente, considerámos que **o Concelho das Lajes das Flores, do que necessita, é efectivamente dum Centro de Saúde** que sirva condignamente o Concelho e queremos salientar que a **Ambulância** há muito prometida pelo Governo

Regional, e que se destinava a estar sediada nas Lajes, continua na fase de promessa, como muitas outras, aliás, que nas Flores continuam à espera de ser cumpridas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Com a extinção da Estação Loran, a desactivação gradual da Estação Rádio Naval e o encerramento da Estação Francesa de Medidas serão disponibilizados na Ilha das Flores um elevado número de edifícios e apreciável área de terrenos, os quais, estamos certos, ficarão sob a responsabilidade da Região. Para a ilha é necessário que tanto os edifícios, como os terrenos, sejam aproveitados em sentido socialmente útil, não sendo descabido lembrar que poderão ser encontradas possibilidades de permitir criar condições para **a fixação de professores e outros técnicos**, assim como para que seja **leccionado os 5.º e 6.º anos de Escolaridade nas Lajes e os 10.º, 11.º e 12.º anos na actual Escola de Santa Cruz.** Para além disto, outras infraestruturas necessárias à ilha poderão encontrar-se através da adaptação dos espaços agora disponibilizados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Em 1992 o Governo Regional assumiu compromissos com cidadãos no sentido de apoiá-los na **aquisição de habitação própria.**

Esses cidadãos, por sua vez, assumiram compromissos contratuais em função da comparticipação que esperavam ter. Muitos deles, até ao momento, não receberam do herário público regional aquilo que o Governo Regional se comprometeu. Esta situação é desumana e está a pôr em risco as economias daqueles que confiaram em documentos escritos avalizados por responsáveis governamentais.

O Governo Regional tem o dever de executar os compromissos que assumiu.

Também o Governo Regional comprometeu-se a disponibilizar na ilha **lotes de terreno para construção.** Há quem apenas espere esses loteamentos para iniciar a construção de habitação própria e até ao momento, continua a aguardar. Com atitudes destas o Governo Regional está de facto a incentivar uma desertificação da ilha; apoiar a aquisição de habitação própria, apoiar melhoramentos em habitações degradadas e colocar à disposição dos cidadãos lotes para construção, são medidas necessárias no sentido de fixar a população.

Hoje, nas Flores, continuam a existir zonas onde o sinal da TV não chega nas devidas condições - zona oeste e sudoeste da ilha. Seria imprescindível que num futuro breve toda a ilha pudesse captar nas devidas condições tanto a Rádio como a TV oficiais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Embora já tenhamos feito referência à infra-estrutura turística que com investimento público está a ser construída nas Flores, é importante lembrar que a única unidade de alojamento existente na vila das Lajes - a Pousada - é propriedade da Região e está encerrada, tendo servido de apoio a funcionários deslocados em consequência das obras do Porto. Neste momento não há razões para que aquela infraestrutura não volte a servir para o fim com que foi construída - o desenvolvimento do turismo naquela vila.

Também consideramos que uma ilha com a procura que as Flores tem, necessita de um parque de campismo nas devidas condições. É uma infraestrutura onde a participação do Governo Regional se torna obrigatória.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Não quero terminar sem referir que consideramos as verbas desagregadas para a agricultura e destinadas às Flores como irrisórias; poder-se-à planear objectivos muito bons, mas sem verbas será impossível atingi-los. Vamos só dar dois exemplos comparativos:

Para a Sanidade, Higiene e Melhoramento Animal estão orçados para 1993 - 8.500 contos, em 1992 estavam orçados 11.000 contos, em 1991 - 14.000, em 1990 - 15.400.

Para caminhos rurais estão orçados para 1993 12.500 contos, em 1992 estavam orçados 38.000 contos, em 1991 - 37.000 contos, em 1990 - 59.000 contos.

Este exemplos poder-se-iam multiplicar por quase todos os projectos contemplados no Plano, nesta área. É clara, notória e preocupante a diminuição drástica e gradual de investimento que se tem verificado na agricultura, nos últimos anos, com a agravante de muitos investimentos previstos no passado não terem sido executados e o sector continuar a viver carenciado tanto em infra-estruturas, como em apoio técnico, em condições de produção, em tecnologia, etc.

É também preocupante que não exista desagregada em 1993 e para as Flores qualquer verba no Programa n.º 2 - Pescas; quando se pensava que com o Porto Acostável a ilha poderia beneficiar do devido impulso neste sector, não acreditamos que isso aconteça.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O desenvolvimento de toda a Região, mas dum modo especial e mais agravado o das ilhas mais pequenas, está forte e gravemente comprometido com o Plano para 1993 e com o Plano de Médio Prazo 1993/1996, que estamos a apreciar.

Disse.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia.

Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia *(Gaspar da Silva):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aprovado que foi o Programa do V Governo Regional, eis-nos a apresentar e a discutir, a proposta do PMP 93/96 em todas as áreas de intervenção social e económica de acordo com as linhas de orientação do programa do Governo, e também de acordo com o futuro quadro comunitário de apoio que irá vigorar de 1994 a 1999.

Quadro esse, que nos remete não só para a análise daquilo que tem sido feito, mas também para aquilo que ainda urge levar a cabo com o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis nesse futuro Quadro Comunitário de Apoio.

Num confronto entre a obra feita no passado, e as importantes mudanças operadas no nosso tecido económico e social, as novas exigências que vão surgir até ao final deste século, sem dúvida que competirá ao Governo Regional com a sua política para os próximos quatro anos, continuar a ser o grande protagonista de todas as mudanças positivas.

Contudo, tal protagonismo, só poderá ser coroado de sucesso se estiver associado, às forças de intervenção social e económica, a partir do momento que estas estejam também empenhadas no progresso e desenvolvimento.

Para isso, vamo-nos todos empenhar a fundo, evitando abrandamentos ao nosso ritmo de desenvolvimento, com o reforço da nossa capacidade de acção, no sentido

duma maior convergência com a economia nacional, e desta com as restantes economias europeias. não obstante a presença de algumas adversidades provenientes da conjuntura externa, mas que nos devem estimular à criatividade e progresso.

A Secretaria Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia nas suas áreas de intervenção, e que estão suportadas nos programas que lhe estão afectos na presente proposta procurará concretizar e dar forma nos seus projectos e acções, aos legítimos anseios da população dos Açores.

Na componente dos Recursos Humanos, que abrange a Juventude, Emprego, Trabalho e Formação Profissional, procuraremos dar resposta não só àquilo que nos propomos no documento em análise, como também, que a qualificação dos recursos esteja em sintonia com os desafios que vão surgindo, em função das profundas mutações que estão a aparecer no dia a dia da sociedade açoriana.

Hoje o cidadão europeu pretende um desenvolvimento humanista e equilibrado que reduza as assimetrias reforce a solidariedade e dê qualidade de vida às populações.

Esse desenvolvimento social solidário e equilibrado terá de basear-se na redução das desigualdades e na crescente importância que assumem as políticas de desenvolvimento, que salvaguardem valores humanos e naturais.

É precisamente neste sentido que o Governo Regional entende como muito necessário, a criação de mecanismos e instrumentos legais e institucionais para a execução de uma política global integrada de juventude, com o objectivo prioritário de facultar aos jovens, os meios potenciadores do desenvolvimento da sua personalidade e da sua integração plena na vida colectiva.

Assim no último Plano a Médio Prazo, foi definido como objectivo prioritário o apoio ao Associativismo Juvenil, que potencie não só o espírito de iniciativa e adaptabilidade à mudança mas também constitua uma fonte de aprendizagem participativa e pedagógica da expressão democrática e autonómica.

É que nenhuma outra geração dispôs de tantas oportunidades e instrumentos, para ela própria encontrar soluções e promover as mudanças conducentes a inverter desânimos e pessimismos ultrapassados.

Queremos cada vez mais promover a participação activa dos jovens no diálogo e na acção, para possibilitar a reflexão sustentada, mas igualmente pretendemos viabilizar

rápidas tomadas de decisão, ou seja por outras palavras, queremos dialogar, queremos reflectir, mas sobretudo pretendemos rapidamente passar das palavras aos actos.

A Juventude deseja equacionar situações e preocupações reais, mas sobretudo quer participar directamente nos processos de decisão dos grupos de base da comunidade, da família, da escola e do trabalho. Temos todos por isso de garantir o rápido e simples acesso dos jovens à informação, para que eles próprios melhor possam preparar a sua intervenção.

Nos instrumentos da política de juventude, continua perfeitamente actualizado o preâmbulo do Decreto Legislativo Regional que cria o Concelho Consultivo Regional da Juventude.

Em boa hora esta Assembleia criou este Conselho, pois trata-se indiscutivelmente de um fórum onde muitos assuntos vão continuar a ser debatidos, e é intenção do Governo em geral, e minha em particular, continuar a dar-lhe e importância devida, melhorando-o sempre que possível através de um processo natural de aperfeiçoamento, que o tempo aconselha e que o funcionamento exige.

Os incentivos aos jovens empresários serão por seu turno adaptados e aperfeiçoados, tendo em consideração as sugestões que tem sido apresentadas no decorrer das três fases do PAJE e, privilegiarão no futuro, o carácter inovador e a qualidade dos projectos apresentados, os quais paralelamente deverão apresentar melhorias qualitativas assinaláveis nos serviços que se propõem prestar.

O novo sistema de incentivos aos jovens empresários (SINJOVEM) para o quadriénio 93/97, terá como preocupação contribuir para a modernização do tecido empresarial açoriano, mas principalmente pretenderá potenciar a formação de uma geração de empresários capazes de liderar as mutações tecnológicas e económicas, que o espaço comunitário exige.

A política de habitação do Governo Regional, considera fundamental a articulação das medidas de apoio à aquisição e construção de casa própria.

Será pois deste modo, que os jovens continuarão a poder dispor de apoios supletivos, não só para os direccionados ao apoio directo na aquisição de casa própria, como igualmente de apoio através da bonificação dos juros dos créditos para o efeito.

E que o Governo Regional entende a família como pilar da sociedade, mas igualmente entende, ser prioritário o incentivo à criação de condições para que a família exista e funcione como tal.

Assim pretende-se reformular a natureza dos apoios, privilegiando os apoios financeiros na bonificação de juros, de modo a diminuir os encargos dos créditos concedidos para a construção ou aquisição de casa própria.

Habitamos numa região insular, identificada como ultra-periférica, e por isso mesmo queremos que o turismo e a mobilidade juvenil, permita não só o conhecimento de outras realidades mas sobretudo, contribua de um modo intenso para a identificação da diversidade.

Temos consciência que a diversidade aprofunda a unidade, não só regional, nacional ou comunitária.

Digo não só, porque as Comunidades Açorianas, espalhadas por tudo o que é continente, terão de continuar a merecer a nossa melhor atenção. Os jovens querem e podem ser os protagonistas da unidade.

Vamos melhorar a divulgação dos programas regionais, nacionais e comunitários para a mobilidade e intercâmbio juvenil, possibilitando o acesso a circuitos de turismo juvenil de um modo menos oneroso, A ocupação dos tempos livres dos jovens, constitui igualmente uma preocupação do Governo Regional, aliás, constitui um dos pilares da política de juventude expressa no Programa do V Governo Regional.

Sabemos que a ocupação dos tempos livres, vulgarmente designada por OTLJ, constitui uma acção de incentivo à capacidade criativa dos jovens, a qual e traduzida pelo verdadeiro espírito de voluntariado e convite à participação, tanto através de contactos com novas experiências de vida em áreas de actividade profissional, como também pelo contacto com o mundo do trabalho e que proporciona oportunidades de despiste vocacional.

No futuro pretende-se alargar o programa incluindo novas áreas como a protecção do ambiente, campos de férias e divulgação musical, abrangendo-se cerca de 15 000 jovens entre ocupados e beneficiários não só com as dotações inscritas no PMP, como também com o seu reforço através dos Fundos Autónomos.

A toxidependência é um tema que preocupa toda a comunidade internacional. É pois pacificamente aceite, que a abordagem a esta "doença" tenha de ser feita de um modo pluridisciplinar e trabalhada por especialistas.

É pois nossa intenção em estreita articulação com a política nacional neste domínio, implementar acções não só de prevenção primária dirigidas aos jovens e aos pais, como no espírito do "interserviços" chegar, aos toxicómanos através de centros de aconselhamento e encaminhamento.

Queremos ponderadamente analisar, reflectir e passar à acção. Temos nesta como em outras áreas de dar e solicitar a colaboração de todos, porque todos ainda seremos poucos para combater esta "doença" que embora na Região Autónoma dos Açores não atinja proporções alarmantes, tem de ser combatida com muita energia.

Pretendemos no futuro, em estreita articulação com a política nacional neste domínio implementar acções de prevenção primária dirigidas aos jovens e aos pais, abrangendo um número de cerca de 3 000 jovens, com as dotações inscritas e os reforços considerados necessários.

Com a conclusão das duas pousadas de juventude da Terceira e em S.Miguel, vamos conseguir possibilitar aos jovens uma maior possibilidade e facilidade do intercâmbio juvenil, como uma das futuras formas de assegurar uma maior valorização destes, através da troca de experiências e conhecimentos.

O associativismo juvenil, como forma de garantia de várias actividades no âmbito sócio -educativo, sócio-cultural, artístico, cientifico, desportivo e lúdico continuará a

ser fomentado, através dos vários apoios, e que ajudarão a manter e a criar as infraestruturas necessárias ao seu funcionamento.

Tem constituído um objectivo primordial do Governo da Região, nos sucessivos Planos anuais e quadrienais, o desenvolvimento do Emprego, não só no aspecto estritamente ligado à implementação de medidas tendentes à efectiva criação/manutenção do emprego como no que toca à execução de programas ocupacionais.

Com o início de funções do V Governo, tal objectivo torna-se cada vez mais pertinente tanto mais que, com as dificuldades conjunturais a que se assiste a nível nacional e europeu e a que a Região não se poderá furtar, os problemas de emprego tem uma natural tendência a agudizarem-se.

Porém, hoje, com parte substancial dos problemas quantitativos de desemprego superados na Região atingindo-se uma taxa de desemprego poucas vezes a ultrapassar os 4%, o esforço a empreender, nos próximos anos, terá de ser, sobretudo de natureza qualitativa neste sentido, o primado da qualidade que passa pela melhoria da qualificação das pessoas, pela eliminação ou restrição de fenómenos de instabilidade ou precaridade de emprego e de outras formas marginais de prestação de trabalho e pela necessidade de procurar através de acções tempestivas de readaptação laboral, a reconversão de certos sectores económicos, exige uma reorientação dos programas selectivos de apoio à iniciativa e à criação de postos de trabalho.

Reorientação que compatibilize o melhor possível a política do crescimento económico com o desenvolvimento qualitativo do emprego.

Para isso é imprescindível que este desenvolvimento do emprego seja suportado por um crescimento real da economia, do tecido empresarial, do investimento, em suma, da iniciativa, eliminando-se de uma vez por todas, eventuais tendências de sustenção administrativa do emprego que sempre originam novos factores de rigidez e de reflexos negativos a prazo.

Num melhor conhecimento da realidade referente aos apoios ao emprego concedidos no último quadriénio, cuja tramitação processual foi da responsabilidade da Secretaria Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia podemos

acrescentar que entre os programas de criação de emprego efectivo que foram de 2 711 postos de trabalho, e os programas de ocupação temporária de emprego que foram de 2 761 postos de trabalho, tal quadro fará prosseguirmos no futuro dentro da mesma linha de actuação.

Foram assim decisivos no quadriénio anterior quer os programas de criação de postos de trabalho, quer os programas ocupacionais de trabalho, para a situação estável do emprego na Região Autónoma dos Açores. O Governo através da Secretaria Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia, continuará na presente proposta de PMP a privilegiar estes programas, com alguns ligeiros ajustamentos baseados numa política concertada com os parceiros sociais e com as autarquias, através dum novo quadro normativo.

Somente assim, continuaremos a incentivar a criação de novos postos de trabalho, novas oportunidades dos jovens para a inserção na vida activa, combater o desemprego de longa duração, reduzir o desemprego e sub emprego, minimizar os efeitos sazonais de algumas actividades económicas, a reabilitação profissional, e a inserção de deficientes no mercado de trabalho, para além do efeito da ajuda nas iniciativas locais de emprego e também de novas empresas.

Também para tal contribuirá certamente a manutenção de programas de investimento, tais como o SIBR e o SIMC, dentro do novo quadro comunitário de apoio, em termos de criação de novos postos de trabalho.

E refira-se sobre isso e em relação ao SIBR, e seu interesse pelo o que se pode referir que em relação ao último quadriénio, foram aprovado cerca de 136 projectos dos quais resultaram 596 postos de trabalho.

Vamos pugnar para que a Concertação Social, continue a ter um papel significativo e importante, com o aprofundamento da sua acção direccionada para o diálogo social, e com a chamada de novos intervenientes, para o qual já possuímos um projecto de DLR para ser submetido brevemente a este Parlamento.

A nível das relações de trabalho e como corolário da filosofia adoptada, no sentido da erradicação, na medida do possível, das chamadas "Zonas Brancas" e intervenção ponderada naquelas outras de contratação colectiva manifestamente desactualizada, continuaremos a desenvolver demarches designadamente sobre o impacto salarial,

que potenciarão a aplicação à Região de instrumentos de regulamentação colectiva de âmbito supra-regional.

É de realçar que o recurso à via administrativa apenas ocorre quando é manifesta a inviabilidade da contratação regional a curto ou a médio prazo, resultante da inexistência de interlocutores válidos ou das especificidades do próprio sector da actividade económica.

Reconhece-se, privilegia-se e incentiva-se o princípio de que são as associações de classe com âmbito geográfico regional, que melhor poderão estabelecer, através da negociação directa, o trabalho, acautelando e salvaguardando as especificidades próprias do seu universo laboral.

Nas linhas consequentes das acções do PMP, e de acordo com o programa do V Governo, vamos continuar a utilizar os instrumentos mais eficazes de eliminação de conflitualidade laboral, através do SERCAT, serviço vocacionado para a resolução dos conflitos individuais de trabalho, de forma desburocratizada, célere e totalmente gratuita para os utentes.

Durante a vigência do PMP 88/92, conseguiram-se montantes acordados da ordem dos 93.700 contos que beneficiaram 695 trabalhadores, é importante destacar o papel deste serviço no futuro e em moldes a não descurarmos na presente Proposta de PMP também nas suas acções.

No que se refere ao trabalho de estrangeiros e carteiras profissionais continuaremos a manter a eficiência verificada ao longo do último quadriénio, em termos de contratos de trabalho registados, bem como carteiras profissionais a emitir, em fase de regularização dos processos a surgir no futuro.

A acção de Inspecção Regional de Trabalho, fundamentalmente educativa e orientada, e recorrendo somente duma forma subsidiária à via coerciva para as situações mais graves, continuando nestas linhas ao longo deste próximo PMP, não deixará de continuar a disciplinar a relação entre o fornecedor do trabalho e o seu prestador, tendo em conta que a responsabilidade mútua deve ser respeitada em função das normas legais.

Este serviço continuará no futuro a pautar a sua acção, no quadro de visitas inspectivas às empresas em conformidade com o seu estatuto, intervenção preventiva

e coerciva, fiscalização de trabalho de menores, prevenção às condições de higiene e segurança no novo ordenamento consequente das normas europeias, e fiscalização às entidades abrangidas por programas de emprego, a fim de assegurar-se o efectivo cumprimento das disposições legais nesta matéria.

Em termos de prevenção de riscos profissionais, tendo em conta que a sinistralidade laboral tem vindo a diminuir desde 1987, vamos continuar no longo trabalho que tem sido feito na sensibilização e formação, da futura geração trabalhadora, bem como dos activos, no sentido de diminuirmos os acidentes de trabalho e as doenças profissionais.

A profunda transformação que se tem vindo a verificar na sociedade açoriana, com a exigência de novas qualificações profissionais, e que vai continuar com as apostas em vista, numa continuada valorização dos recursos humanos no novo Quadro Comunitário de Apoio QCA, vão exigir do Governo um esforço e aposta continuada na formação profissional para os próximos quatro anos.

Assim, o papel importante do Centro de Formação Profissional dos Açores não será descurado no Plano de Acções que ali decorrerão nos próximos quatro anos nas várias áreas que existem, e noutras que serão criadas de acordo com planos acordados com os parceiros sociais, uma vez que pretendemos levar estes a participarem na gestão consultiva daquele Centro.

Nestas áreas, vamos ter em conta uma maior ligação prática ao mundo do trabalho e também na via técnico profissional, de acordo com a legislação existente para as Escolas Profissionais.

Mas, a formação profissional não cabe somente ao Governo, e daí que as entidades privadas também tenham um papel importante a desempenhar neste campo

A formação profissional dos trabalhadores no activo, bem como os candidatos ao primeiro emprego, merecendo-nos grande atenção, exige um entrosamento significativo das iniciativas da sociedade civil e do sector empresarial, com as do Governo, procurando-se assim, uma maior e melhor obtenção de resultados.

Os trabalhadores açorianos devem ficar preparados para que, sejam eles próprios, através de uma qualificação conveniente e necessária a criarem condições de defesa dos seus postos de trabalho, evitando que a livre circulação de pessoas e o direito de

estabelecimento dentro da CE provoque qualquer instabilidade no emprego intra-regional.

O grande objectivo a atingir, será o de fornecer uma qualificação profissional de base, de facto reconhecida, a fim de facilitar uma boa inserção no mercado de emprego e bem assim o de desenvolver o gosto pela formação continuada.

Será também fundamental, reforçar a divulgação de oportunidades à disposição das empresas em forma de aperfeiçoamento e qualificação de recursos humanos, tentando contrariar o espírito de que o acesso àquelas é difícil, por ser identificado com burocracia a mais e celeridade a menos.

Não se deixará de prosseguir com a actualização tecnológica dos equipamento das áreas formativas já existentes ao CFPA, bem como a introdução de novas áreas ajustadas à realidade do mundo de trabalho.

O actual QCA entre o sector público e privado originou até agora cerca de 1 087 projectos de candidatura com montantes da ordem de 6 498 mil contos comparticipados pelo FSE com um valor da ordem de 4 873 500 contos, beneficiaram cerca de 15 000 formandos, o que representa uma mais valia significativa de recursos humanos e melhoria da nossa produtividade. Por outro lado, com uma possível duplicação dos fundos estruturais no novo QCA ou melhor será possível ajuizar-se o que podemos ainda beneficiar em termos de formação profissional uma parte significativa da nossa população activa, quer em termos de, efectivos quer em termos de potenciais jovens candidatos ao mundo do trabalho.

Temos pois assim, condições para neste novo quadro comunitário valorizarmos a formação profissional de activos com o objectivo do desenvolvimento e da modernização do sector produtivo da Região, em acções que tenderão fundamentalmente para os sectores do turismo, agricultura, pesca, indústria e comércio, para além de outras e inclusivamente dentro da própria Administração Pública.

Serão ainda promovidas acções de sensibilização que visem a informação de empresários, gestores, quadros superiores e intermédios sobre temas relevantes para o exercício das suas funções.

Com o cenário atrás descrito, parece assim possível, que a Região possa vir a dar um salto qualitativo nestes próximos quatro anos em termos de formação profissional, e na componente valorização dos recursos humanos, permitir que consigamos contribuir para o crescimento desejável ao progresso e desenvolvimento que ao fim e ao cabo todos desejam.

No cooperativismo, na vigência deste PMP, vamos continuar a apoiá-lo dentro das suas regras, mas também com o respeito pela livre iniciativa que o próprio sector deve ter, e dinâmica própria.

Como sistema de ordenamento no processo económico inserido numa corrente de pensamentos com base no solidarismo e distribuição equitativa de riqueza sem suprimir a livre iniciativa e a propriedade individual, o cooperativismo continuará a ser fomentado na linha deste PMP, e a ser apoiado em termos organizativos e de formação.

Vamos assim, continuar nesta área associativa a seguir uma linha já implementada e a prosseguir uma nova acção de diálogo com o sector através da sua participação deste no próprio Concelho Regional da Concertação Social.

O comércio, numa economia em cujo funcionamento a procura e o mercado constituem a lógica dominante, assume naturalmente uma dimensão essencial em toda a actividade económica. Com efeito, o comércio é parte fundamental de um processo que está presente em toda a economia, desde a concepção e produção de bens e serviços até à sua utilização final, constituindo um factor indispensável para uma resposta rápida e flexível da produção às evoluções da procura.

Nos Açores, o comércio ocupa uma posição de relevo na economia regional, quer pelo volume de mão-de-obra que absorve, quer pelo seu contributo para a formação do produto interno bruto, abrangendo uma considerável parcela do tecido empresarial da Região. 0 sector tem vindo a sofrer profundas transformações, assistindo-se nos últimos anos a uma evolução claramente favorável em matéria de modernização e desenvolvimento dos estabelecimentos comerciais, sendo legítimo afirmar que o aparelho comercial açoriano encontra-se hoje numa situação radicalmente diferente daquela que o caracterizava há uma década atrás. O processo de reestruturação que o sector atravessa tem-se repercutido fortemente na

reconversão do aparelho comercial da Região, no incremento de variadas modalidades de cooperação empresarial, como sejam a parceria, a distribuição exclusiva e a franquia, na alteração das tecnologias da distribuição física, no desenvolvimento de novas formas de exercício do comércio não sedentário, tais como a venda ao domicílio e a venda por correspondência, no aparecimento das grandes superfícies comerciais, com as figuras do hipermercado e do centro comercial, e no recurso cada vez mais frequente a centrais de compras.

Neste cenário, torna-se indispensável desencadear adequadas medidas que impulsionem o reforço da competitividade e a prestação pelo comércio local de um serviço de alta qualidade, envolvendo uma melhor e mais variada oferta, possibilitando a existência na Região de um comércio moderno e flexível, capaz de proporcionar uma satisfação acrescida ao consumidor. A aposta numa política de qualidade e antes de mais uma aposta do pequeno comércio, que deverá continuar a ser encarado como uma autêntica trave mestra de evolução do sector e a base para uma estratégia de futuro para o comércio. A fim de operar no aparelho comercial dos Açores uma mudança qualitativa que o torne apto a responder com êxito aos desafios que lhe colocam face à construção do Mercado Único, será desejável implementar as seguintes acções:

- Fomentar a defesa da concorrência no espaço regional, a fim de garantir aos consumidores uma escolha diversificada de bens e serviços nas melhores condições de qualidade e preço, estimulando as empresas a racionalizar ao máximo a produção e a distribuição dos bens e serviços, evitando os efeitos económicos danosos decorrentes de acordos e práticas concertadas entre empresas ou de abusos de posição dominantes. Importa deste modo assegurar a transparência do mercado, favorecendo a realização dos objectivos gerais de desenvolvimento económico e social, e reforçar a competitividade dos agentes económicos.

Na indústria, a respectiva produção constitui um importante meio potenciador de riqueza, induzindo na economia um efeito multiplicador significativo, que pode contribuir fortemente para o desenvolvimento económico e social. A terciarização que tem ocorrido na economia açoriana deve ser acompanhada por uma adequada

dinamização da indústria, pois como é sabido a modernização dos serviços está altamente correlacionada com a evolução que se verifica no sector industrial.

A existência de incentivos ao investimento produtivo permitiu nos últimos anos modernizar um considerável número de unidades industriais da Região, atingindo-se elevados volumes de investimento no sector, que proporcionaram a criação de muitos postos de trabalho conforme já atrás referi.

Não obstante tal evolução positiva, a estrutura industrial açoriana revela ainda alguns handicaps, que importa vencer através da adopção de medidas que possibilitem reforçar a capacidade concorrencial do sector.

Esta dinamização terá de ser originada por um sector onde prevaleçam empresas inteligentes, dinâmicas e inovadoras, assentes no engenho e capacidade dos seus empresários, e na motivação e qualificação dos seus trabalhadores. A competitividade deverá portanto assentar na efectiva capacidade concorrencial das empresas, cabendo aos poderes públicos um papel supletivo, pelo qual se crie um ambiente propício ao desenvolvimento das empresas, e se minimize os riscos que lhe estão associados, comparticipando-os por intermédio de adequados incentivos. Na empresa, deve haver a convicção de que a conquista e a manutenção da competitividade é um processo dinâmico, que deverá ser alcançada de forma contínua, interactiva e enquadrada por factores que a condicionam, como sejam os principais intervenientes no processo concorrencial, as tendências do sector onde se insere, os produtos alternativos que estão activos no mercado e a atitude do sector no sentido da diversificação e da integração. A estratégia de expansão terá sempre de privilegiar a qualidade, o design industrial, a inovação e o desenvolvimento tecnológico, ambiental e energético. A batalha da modernização só poderá ser ganha com empresas inovadoras e competitivas, mão-de-obra qualificada e instituições de investigação actuando em ligação directa com a indústria.

Deste modo, dever-se-ão criar envolventes favoráveis a um desenvolvimento sólido e realista da estrutura do sector, através de algumas acções, nomeadamente:

- O apoio a iniciativas de promoção da produção regional, com o objectivo de melhorar os índices de penetração nos mercados existentes.

- A atribuição de incentivos em instituições de investimento vocacionadas para apoiar a indústria no processo de modernização tecnológica e melhoria das qualidades.
- O processo de modernização tecnológico de fabrico e o consequente controlo de qualidade dos produtos passa necessariamente pela formação adequada de quadros, que constituem uma das principais carências da indústria regional. Por isso, continuar-se-á a incentivar a formação tecnológica na indústria, por forma a dotar este ramo de actividade de técnicos capazes de impulsionar o aumento de produtividade que se deseja.

E é por isso que com o apoio do INOVA, cofinanciada na construção das escolas das suas novas tecnologias e a 2.ª fase do Laboratório de Análises e ensaios que este Instituto terá também um papel importante nesta área.

- Será assim de todo o interesse aumentar a oferta de terrenos também devidamente infraestruturados, contribuindo para os esforços de ordenamento do território e de minimização dos impactos ambientais negativos. Para o efeito, continuar-se-á a apoiar a instalação de parques e zonas industriais.

Na energia, o petróleo e os seus derivados constituem a fonte de energia dominante na Região, cobrindo mais de 80% da procura de energia primária e quase 70% da procura final de energia. A diminuição verificada na última década do peso do petróleo na procura de energia primária ficou basicamente a dever-se à expansão significativa do uso de lenha na indústria. Analisando a estrutura do consumo de energia por sectores, constacta-se que o sector dos transportes ocupa uma posição primordial, seguido do doméstico e do industrial, o que se justifica pela condição arquipelágica da Região.

A utilização de energia na Região é ineficiente, pelo que há necessidade de multiplicar os esforços de sensibilização para a sua racional utilização. Por outro lado, a fim de garantir uma maior protecção contra as flutuações conjunturais dos preços da energia, e tendo em conta a economia global do sector, dever-se-á continuar o esforço de aproveitamento dos recursos energéticos endógenos. O seu potencial poderá contribuir com uma fracção importante para a satisfação das nossas

necessidades de abastecimento de electricidade, que poderá atingir aproximadamente 20% da procura de electricidade no ano 2000.

É aconselhável assim, empreender acções que valorizem o potencial energético endógeno, quer através do aproveitamento integrado dos recursos renováveis, quer por intermédio da utilização racional de energia, e por isso vamos apoiar iniciativas de investimento que contribuam para o aproveitamento, nomeadamente do potencial energético endógeno, como a geotermia, energia hídrica, eólica, solar, das ondas marítimas, biomassa e biogás.

Vamos continuar na mesma cena também da liberalização do sector energético no que diz respeito à produção de energia eléctrica.

E apoiar iniciativas que visem a utilização racional de energia, e aplicação de tecnologias que minimizem os impactos ambientais negativos.

O Apoio à EDA-EP, por intermédio de indemnizações compensatórias será uma das acções também consequentes da presente proposta e a integração na EDA-EP, da Federação dos Municípios da Ilha das Flores e dos serviços similares da Câmara Municipal do Corvo, será também uma realidade e ainda a concretizar até ao final do presente ano.

Vamos continuar também nessa área a apoiar as entidades públicas ou privadas que actuem no domínio da investigação científica, e que concorram para um melhor aproveitamento dos recursos energéticos locais.

Também vamos actualizar o Plano Energético da Região, como forma de através da simulação da evolução do sector energético, dispor de uma ferramenta de planeamento ao serviço das entidades que actuem nesta área.

No campo do artesanato, com a aprovação do POSEIMA e as dotações previstas, haverá uma significativa evolução no acesso a Novas Tecnologias, no Acesso ao Mercado e à Formação Profissional. Tendo em conta o que isso poderá significar sobretudo na absorção de mão-de-obra feminina nos meios rurais, pensamos que da resultante final deste programa até 1996, as taxas de actividade feminina poderão subir significativamente, para além do efeito indutivo no comércio local, na exportação e no próprio turismo.

Vamos continuar a olhar para este sector numa perspectiva evolutiva, não fosse o artesanato uma arte bastante caracterizada pelo direito de propriedade do artífice, reunião de factores pelo mesmo agente económico, e execução de operações por uma mesma pessoa no próprio processo produtivo e sob o ponto de vista artístico, distinguir-se a arte de acordo com o predomínio de factores eruditos e factores populares.

Será assim também a área do artesanato bastante privilegiada no próximo quadriénio, que para além do seu significado de natureza económica trará uma mais valia acrescentada para a realização das nossas populações e do desenvolvimento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nas áreas que nos estão confiadas, expostos que foram as principais linhas de projectos e acções que nos propomos levar a cabo até 1996, de acordo com o recente programa do Governo aprovado nesta Câmara, vamos continuar de uma forma peremptória a dar forma à construção duma Região com mais progresso e mais desenvolvimento.

Vamos também conseguir que o povo desta Região continue a exprimir o livre e continuado desejo de adesão ao nosso projecto, que continua a ser de desenvolvimento económico, social e cultural que corporiza a nossa Autonomia Política Administrativa e Financeira.

Vamos continuar a trabalhar na nossa capacidade afirmativa e realizadora, fazendo das mesmas um polo libertador de energia criativa.

Vamos continuar a decidir o que nos diz respeito, numa sociedade livre e aberta dentro de solidariedade nacional e europeia, como forma dinâmica de afirmação de uma identidade.

Em suma, vamos dar continuidade à grandiosa obra que temos vindo a construir ao longo de dezasseis anos de Governo, que o povo reconheceu em Outubro de 92, certamente que vai continuar a reconhecer ao longo destes próximos quatro anos.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do Governo e PSD)

Presidente: Tem a palavra para pedir esclarecimentos o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio Indústria e Energia:

A intervenção de V. Ex.ª foi de facto de uma tão grande longevidade e teve necessidade de imprimir a aceleração que, sinceramente, eu fiquei-me pela Juventude porque não consegui acompanhar o ritmo do restante.

Não leve isto a mal, mas é pena porque se continuar assim...

Deputado Victor Evaristo *(PSD):* Tem de treinar mais! Tem de treinar mais!

O Orador: ... corremos de facto o risco de não poder estabalecer diálogo.

No entanto, assentei em dois ou três pontos da Juventude e queria perguntar:

No âmbito e no contexto do Programa 12 e cotejando o mesmo com a desagregação espacial no que diz respeito à minha ilha e dado que se ocupou tanto, - ela merece essa ocupação - para quê 150 contos destinados ao turismo juvenil?

Para que dá 300 contos na ocupação de tempos livres?

Quais as acções que vão ser levadas a cabo com 450 contos na área tóxidependência?

Se eu depois olhar para o Programa 12, vejo é a concessão de subsídios a jovens no exercício das suas funções, - não percebo o quê - sensibilização de jovens e adultos no âmbito da juventude - chamo a atenção do título do Programa 12 - para acções de carácter preventivo nomeadamente em combate à toxicodependência.

Se possível, eu gostaria que V. Ex.ª desse alguma informação a este respeito.

Presidente: Tem a palavra para pedir esclarecimentos o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Secretários Regionais:

No Programa 12 da responsabilidade do Sr. Secretário, nós verificamos que em 1993 estão orçados - para esse Programa - 316 000 mil contos. Em 1994 estão 184 500 mil contos. Em 1995 estão 166 500 mil contos. E, finalmente em 1996 estão orçados 159 000 mil contos.

Posto isto, há um decréscimo brutal entre 1993 e os restantes anos do quadriénio. Eu gostaria se fosse possível ao Sr. Secretário que nos explicasse a razão desta diminuição drástica de 93 para os restantes anos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia *(Gaspar da Silva):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Começando por responder às questões levantadas pelo Sr. Deputado Carlos Mendonça, efectivamente, pois eu tenho pena que não tivesse tido possibilidade como os outros seus colegas tiveram, aliás da sua bancada de acompanhar a minha intervenção. É capaz de ser um problema seu ou de terceira idade, por isso não posso pronunciar-me sobre isso.

Tentei de alguma maneira e em termos exaustivos, expressar aqui de uma forma genérica todas as acções que estão inseridas nos programas da minha área incluindo também o da Juventude.

No que se refere a uma questão que me coloca sobre o Programa 12 concretamente nas acções relacionadas com a tóxidependência e em relação às dotações que aqui estão escritas nesta proposta, de facto todas elas se inserem em acções relacionadas e algumas em colaboração com o Projecto Vida a nível nacional. Outras relacionadas com acções de esclarecimento e informação aos jovens, bem como aos pais. Daí, talvez, a confusão que o Sr. Deputado fez porque o combate à droga, com efeito, não se faz exclusivamente direccionado para as camadas que, infelizmente, estão envolvidas nesta doença mas também aos seus agregados familiares.

Obviamente que as verbas que aqui estão em termos de dotação, correspondem a aumentos significativos em relação ao que foi dispendido anteriormente.

Para além disso o Sr. Deputado sabe bem que dentro das atribuições legais dos nossos fundos autónomos, temos possibilidade de reforçar todas as acções como estas e daí que os valores que aqui estão para esta área podem vir a ser e serão, certamente, reforçados com a aplicação de alguns recursos financeiros provenientes desses fundos autónomos.

Em relação à questão que o Sr. Deputado Paulo Valadão colocou e as diferenças - também inseridas no Programa 12 - entre 93 e o decréscimo para os anos subsequentes, o Sr. Deputado sabe e eu tive o cuidado de fazer uma abordagem sobre esta matéria na Comissão da Juventude em que temos neste momento a decorrer duas grandes obras em termos de pousadas de juventude que estão quase a chegar a 50% da sua execução. Obviamente que a sua conclusão ir-se-á fazer em força ao longo deste ano de 93 e até parte de 94. Daí uma diferença acentuada entre o que está em dotação para o ano de 93 e os anos subsequentes.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Plano e cito " não é o Plano que ambicionávamos mas é o Plano possível". As opções aqui apresentadas são defendidas em nome da " prudência e moderação necessárias ao clima de dificuldades actuais".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta é a defesa possível do Secretário das Finanças e Planeamento a quem foi atribuída uma missão impossível, vender o peixe da insuficiência de receitas para gastar mais nas despesas correntes e cortar no investimento. Esta é a bandeira porque se bate este Governo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Plano pretende com menos investimento produzir mais, crescer mais, ser mais eficiente, ser mais rigoroso, ser mais virtuoso.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Plano pretende sob a capa das palavras parecer aquilo que não é, num jogo de ilusão em que parecer é ser.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Plano entregue na ALRA no último dia de Abril e agora discutido em plenário é um plano adiado. Esta apresentação a meio do ano foi proposta pelo V Governo e defendida com os seguintes argumentos:

Incerteza no enquadramento financeiro a nível comunitário;

Necessidade de clarificar o novo Quadro Comunitário de Apoio;

Necessidade de negociar o apoio a conceder pelo Governo Central devido à perca das receitas provenientes de acordos internacionais nomeadamente os referentes à Base das Lajes e das Flores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS, propôs em alternativa a apresentação dentro de prazo do Orçamento anual com base no enquadramento do Orçamento Nacional, que considera ser o ano de 1993 o da finalização dos grandes programas operacionais em curso apoiados pelo actual Quadro Comunitário de Apoio, e no conhecimento de que um novo Quadro Comunitário de Apoio seria negociado durante 1993 e só produziria efeitos a partir de fins de 1994.

Esta medida permitiria assegurar um quadro de maior estabilidade para a economia regional numa altura em que os efeitos da recessão já atingiam Portugal. Esta medida permitiria clarificar o quadro de pagamento das dívidas do Governo Regional ao sector privado e tomar medidas de relançamento da economia regional.

A decisão efectivamente aprovada pela maioria, de adiar a apresentação do Plano e Orçamento, teve as consequências de todos conhecidas de paralizar serviços do Governo, criar uma grave crise financeira no sector privado e lançar no desemprego muitos trabalhadores da construção civil e tarefeiros de empresas públicas e do Governo Regional. O expediente para resolver a crise financeira dos últimos meses foi obrigar o sector privado a financiar o Governo Regional num montante que ultrapassou os 10 milhões de contos. Esta prática oportunamente denunciada nesta Assembleia mantêm-se com a prática ilegal, confirmada na RTP pelo Presidente do Governo, de pedir aos fornecedores que passem novas facturas com datas de 1993. Além de ilegal esta prática significa que os fornecedores que já pagaram o IVA terão de colaborar na ilegalidade sofrendo as custas financeiras daí decorrentes.

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O cinismo reinante desta maioria, atinge foros inusitados quando se afirma que se fossem outros teriam procedido da mesma maneira. O comportamento de caloteiro que se julga mais esperto do que os outros reina na política regional.

Que legalidade, que moralidade!

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* O que é isso?!

O Orador: O documento apresentado aqui e os Senhores Secretários Regionais ouvidos na fase de apreciação em comissão admitem que a clarificação da envolvente externa também não foi conseguida. Admite-se também que este Plano terá de ser revisto após a negociação do PDR. Assim em vez de um Plano para 4 anos teremos um PMP com prazo de validade bienal discutido na Assembleia, e um PDR que não vai passar pela Assembleia mas será discutido em Bruxelas.

Sr. Presidente , Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este acto aparentemente inócuo significa uma declaração de vassalagem aos burocratas de Bruxelas e terá efeitos nocivos sobre o funcionamento do regime autonómico. A legitimidade do Governo Regional, vem-lhe do único órgão directamente eleito pelo povo dos Açores, a Assembleia Regional. Os burocratas de Bruxelas por mais idóneos que sejam não foram eleitos.

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Este Plano assume a submissão plena aos programas comunitários e nacionais e aos seus objectivos. Este é um erro grave porque pressupõe que a economia regional depende exclusivamente das ajudas nacionais e comunitárias. Este erro ainda é mais grave porque interpreta os objectivos definidos a nível comunitário como ordens a cumprir e não como elementos que balizam a definição da política regional.

O Governo Regional legítimo duma região autónoma, este Governo, assume-se como ineficiente e subserviente governador civil do distrito dos Açores.

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
A proposta de PMP apresentada para 1993-96 pretende definir o quadro financeiro e de investimentos do programa deste V Governo.
Perante os nossos olhos, qual truque de mágica, assistimos a um discurso de sucesso transfigurar-se num programa de **moderação** e **prudência**. A abertura e diálogo com os parceiros sociais defendido no programa do Governo resvala agora para o demissionismo.
As profissões de fé de rigor e disciplina orçamental revelam-se num défice orçamental previsto de 10 milhões de contos anual.
Sr Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
No plano anterior, apontava-se como objectivo e cito "o equilíbrio do orçamento corrente" que exigia "que as despesas de funcionamento da administração corrente sejam financiadas com as receitas provenientes da cobrança de impostos". No orçamento de 1993 aqui apresentado as despesas correntes de 58 milhões de contos excedem os impostos em 10 milhões de contos. Não só não se cumpre com o objectivo proposto de rigor e de equilíbrio como se agravou o desiquilíbrio do orçamento corrente.
Que Rigor! Que Equilíbrio!
O equilíbrio dos malabaristas políticos que dizem uma coisa e fazem outra.
Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Malabaristas, oh Sr. Professor?!
O Orador: O equilíbrio dos malabaristas que vão passar grande parte de 1993 e 1994 a pagar as dívidas do passado. Que num plano de médio prazo de 84,7 milhões de contos gastam mais de um terço a pagar dívidas.

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mas pasmai Senhores Deputados com o rigor de tais planos.
O Relatório de Execução do Plano de 1992 revela-nos que dos 37 milhões orçamentados só foram afinal dispendidos 25 milhões de contos.

Um milagre! Porventura maior que o milagre das rosas. Onde se sabe haver dívidas e atrasos de pagamentos descobre este relatório uma poupança de 12 milhões de contos.

Não quero deixar de elogiar o magnífico esforço de contenção de algumas secretarias. É de realçar sobremaneira o esforço do Senhor Natalino Viveiros que duma dotação para transporte e comunicações de 11,9 milhões de contos somente dispende 8 milhões de contos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agora compreendo as injustiças feitas a este governo pelas empresas de construção civil...

Subsecretário Regional da Comunicação Social *(Joaquim Machado):* Dependem do eleitorado!

O Orador: ...como a Somague, a Soares da Costa a Engil, a Ediçor e outras que insensatamente pedem que lhes sejam pagas as dívidas em atraso.

Cautela Senhores Empresários.

Não perturbemos a economia silenciosa de quem passa as noites em claro pensando em **como não vai gastar** o muito dinheiro que lhe confiam.

Finalmente percebe-se a razão de ser da farta verba que neste parco plano tem a SRHOPTC.

Não durmam Senhores Deputados!

É para poupar Senhores Deputados.

É para poupar que tal verba lhe é atribuída.

Se descuidadamente o Senhor Secretário das Finanças reforçasse as verbas da Agricultura, das Pescas ou mesmo do Turismo já se sabe que eles gastavam e ainda pediam mais.

O Senhor Natalino Viveiros pelo contrário vai permitir poupar os cabedais públicos e porventura eliminar as necessidades de contrair mais empréstimos públicos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando iniciei a leitura da proposta do PMP aqui apresentado alinhei números, calculei rácios, fiz gráficos, comparei verbas propostas com projectos apresentados. Enfim procurei pôr a bom uso a técnica e a arte de economista que sou.

Subsecretário Regional da Comunicação Social *(Joaquim Machado):* É um artista!

O Orador: Confesso que arquivei todo esse trabalho. O surrealismo deste plano é tal que ao encontrar 21 mil contos para as instalações da Associação Académica da Universidade dos Açores eu tenho de admitir que a inauguração desta obra em que participei não existiu. Que o Senhor Secretário da Educação não esteve nesse dia na Universidade dos Açores e que os estudantes não se manifestaram contra a lei da propinas.

(Risos da bancada do PS)

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas, Transportes e Comunicações *(Natalino Viveiros):* Eu estive lá, mas não os vi!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se estiveram em inaugurações similares espero que só tenham bebido água, porque nesta o vinho era forte.

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas, transportes e Comunicações *(Natalino Viveiros):* Então o Sr. ficou bêbado!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista numa tentativa de dignificação deste plano e deste debate apresenta aqui as linhas gerais de uma política económica alternativa. Uma política que parte do conhecimento das realidades. Que reconhece a importância da despesa pública na dinamização da actividade económica num período de recessão. Que reconhece que a relação de despesa pública/PIB é hoje em dia de 70%. Que reconhece que os salários do funcionalismo público representam hoje em dia 26% do PIB. Que reconhece que o peso do investimento público na FBCF cresceu de 67% no início da década de 80 para mais de 75% no início da década de 90. Que reconhece que a componente importada da maioria desses investimentos é muito grande o que associado ao baixo valor do coeficiente capital/produto reduz o crescimento do produto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O efeito induzido dos investimentos estruturais têm sido muito pequeno. A pretensa integração do mercado regional é uma miragem porque as economias de ilha estão viradas para o exterior.

A dependência da procura interna criada através do orçamento regional tem sido acentuada no passado pela intervenção pública impedindo a concorrência e contribuindo para uma menor eficiência económica. Simultaneamente a competitividade nos mercados nacional e comunitário dos produtos tradicionais açorianos é penalizada por altas taxas de juro, energia mais cara e escassez de mão-de-obra qualificada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

A economia real dos Açores assenta na exploração dos recursos naturais. Os recursos da terra e do mar são as bases das actividade agro-alimentares, piscatórias e de turismo. Os mercados de lacticínios, dos licores, das conservas, do turismo são Portugal continental, a Itália, o USA, etc. Fundamentalmente mercados externos em que o grau de concorrência é muito elevado e não temos capacidade de influenciar significativamente os preços praticados. Neste contexto os produtores Açorianos salvo em casos específicos em que se verifica uma diferenciação do produto ou segmentação do mercado estão prosseguindo estratégias de baixos custos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A adesão de Portugal às Comunidades iniciou um processo de modernização de estruturas simultaneamente com uma liberalização dos mercados.

Neste contexto os fundos comunitários podem criar condições mais favoráveis ao desenvolvimento, no sentido em as condições estruturais são melhoradas, **todavia o desenvolvimento depende da qualidade desse investimento e do seu potencial de promover uma economia eficiente e autosustentada**.

Repito **o desenvolvimento depende de qualidade desse investimento e do seu potencial de promover uma economia eficiente e autosustentada.**

As opções a realizar na afectação desses recursos são necessariamente de ordem interna e não decididas por Bruxelas, e dependem por um lado da estratégia económica regional, e por outro das decisões dos agentes económicos privados.

Neste enquadramento a criação dum ambiente económico que promova a afirmação de estratégias que permitam equilibrar os efeitos da abertura da economia e premiar os que apostam na excelência tem de ser o objectivo principal da política económica regional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma política económica alternativa começa, inevitavelmente, por um programa de estabilização de curto prazo um programa que consolide a dívida aos empreiteiros e fornecedores e assuma a sua regularização imediata, um programa que corte as verbas de despesa e investimento das Secretarias responsáveis por excesso em montantes equivalentes aos necessários para amortização e juros da dívida contraída.

Para preparar o século XXI propomos uma estratégia de desenvolvimento que chamamos de **Acordo Social para o Desenvolvimento**. Como o nome sugere esta estratégia pretende envolver toda a sociedade numa dinâmica de progresso e desenvolvimento. As forças fundamentais desta política de desenvolvimento são os empresários e os trabalhadores Açorianos. É uma política que põe em primeiro plano a capacidade empreendedora dos cidadãos em contraste com a política actual que põe em primeiro plano o dinheiro de Bruxelas. Uma política económica que não abdica da autonomia regional numa Comunidade Europeia pós Maastrichtiana. Uma política que considera o sucesso dos trabalhadores e produtos Açorianos no mercado Português e Europeu como o melhor teste da política prosseguida.

Esta política económica alternativa assenta num orçamento equilibrado. Uma política orçamental que assegure automaticamente que a despesa pública, excepto para investimento, cresça a um ritmo inferior ao do crescimento da economia. A política orçamental deve assegurar os recursos necessários para manter o investimento privado e sustentar o crescimento da economia.

Deputado Artur Martins *(PSD):* Isso é conversa!

O Orador: O crescimento das despesas correntes a um ritmo mais lento por forma a assegurar um défice e uma dívida pública menor.

O ajustamento necessário e a velocidade desse ajustamento depende da conjuntura económica externa de modo a evitar um "crash-landing" da economia regional. Propomos uma política que permita **r**eduzir a incerteza e garantir segurança.

Uma correcta gestão das expectativas - já aqui o afirmei - é necessária para garantir um ambiente propício à manutenção do esforço de ajustamento estrutural da economia. A subordinação das medidas económicas aos jogos de poder partidários e ao clientelismo político não fomenta a promoção de valores necessários ao sucesso económico. Garantir segurança significa libertar a economia de regulamentos e práticas improdutivas que diminuem a eficiência da economia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma política económica alternativa tem de privilegiar a economia real, tem de reforçar o sector produtivo, nomeadamente através da melhoria da situação financeira das empresas, de defesa das quotas de mercado e da redução do risco de entrada em mercados novos e de investir em nova tecnologia.

Uma política que apoie as empresas exportadoras.

Uma política que apoie a investigação aplicada e a transferência de novas tecnologias para a indústria regional.

Uma política que dê prioridade às autarquias, associações sócio-profissionais e empresários nos projectos a apresentar para financiamento comunitário.

Uma política de investimento que aposta em projectos estratégicos que garantam a competitividade da economia açoriana.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tudo isto contrasta com o **plano possível** aqui apresentado que faz o impossível de poupar gastando, apoiar a economia cortando nos investimentos, ser rigoroso na orçamentação de obras já inauguradas. Tudo isto contrasta com o ilusionismo político em que este Governo é mestre e com as ilegalidades sempre desculpadas porque quem as comete tem boa índole.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria terminar desejando que este Governo legítimo se deixe de ilusionismos políticos.

Porque os Açores estão primeiro.

Disse.

(Aplausos das bancada do PS)

(*Risos do Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transporte e Comunicações e da bancada do PSD)*

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Volta Mário que estás perdoado!

Presidente: O Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública pediu a palavra para pedir ou dar esclarecimentos?

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Gualter Furtado):* É para dar esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Gualter Furtado):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu peço a palavra para fazer um pequeno protesto e dizer o seguinte.

Não fora alguma linguagem que julgo pouco própria e diria mesmo nalguns casos bastante rude por parte do Sr. Deputado que acabou de intervir, eu nem usaria da palavra.

Não usava da palavra, não por não ter respeito em relação à pessoa, mas porque já ouvi esses argumentos várias vezes e de tal forma que estão estafados e são mesmos inconsistentes. Caso contrário, eu não interviria. De qualquer maneira, devo dizer o seguinte:

O Sr. Deputado acusou-me de vendilhão de peixe e sendo um pouco mais delicado, diria que o Sr. Deputado é um vendedor de sonhos, um vendedor de diagnósticos e um vendedor de sonhos côr de rosa...

Subsecretário Regional da Comunicação Social *(Joaquim Machado):* De banha da cobra!

O Orador: ... que em toda a Europa se estão tornando negros e pesados! É um vendedor de sonhos côr de rosa que em toda a Europa se estão negros e pesados!

(Risos do Presidente do Governo Regional)

O Orador: O Sr. Deputado mistificou e para não utilizar outra terminologia, subverteu a linguagem dos números. E subverteu pelo seguinte.

Disse aqui que nós devíamos cerca de 10 milhões de contos, depois apontou que o Plano Médio Prazo situava cerca de 85 milhões de contos e que nós estávamos a reservar, isto é, praticamente um terço do Plano Médio Prazo seria para pagar dívidas anteriores a fornecedores. Ora, 10 milhões contos sobre 84,7, segundo as minhas contas dá 11,8% e não um terço.

Mas mais grave do que isso, é que o Sr. Deputado cometeu aqui e do meu ponto de vista uma heresia de natureza técnica, - eu sou um pobre licenciado, embora numa escola em que me honro muito de ter pertencido - ou seja, cometeu uma heresia em termos de teoria económica, isto é, uma heresia em que os notaristas há muitos anos vem cometendo e que é a tentativa de colar o crescimento da despesa pública, sobretudo na sua vertente das despesas correntes ao crescimento do PIB.

Isso é um mero indicador que está provado hoje em dia ou melhor é um indicador defendido pelos burocratas de Bruxelas...

Presidente: O Sr. Secretário dispõe de mais um minuto.

O Orador: ... e que conduziu às restrições que são apontadas no Tratado de Maastricht.

Por conseguinte, acho surpreendente, embora devo-lhe dizer uma coisa, talvez por acaso se V. Ex.ª fizer contas, vai reparar que pelo menos do ponto de vista teórico - nós não somos notaristas - vai ver o ritmo de crescimento das despesas correntes, se explorar os encargos correntes da dívida, se vir e analisar qual é a estimativa do período, vai ver que por acaso não ponho nenhum preconceito notarista e é exactamente o crescimento das despesas públicas exprogáveis dos juros e dos encargos feitos antes da dívida, o que dá em termos reais um crescimento próximo daquele que é estimado para o crescimento do PIB.

Mas, nós não fazemos barreira nisso e nem centramos a nossa actividade nem o nosso desenvolvimento sobre isso.

Por outro lado, há aqui um aspecto que penso que é fundamental, ou seja, o aspecto das estratégias alternativas.

Eu não vi aqui vez nenhuma expor nenhuma estratégia alternativa e pedia ao Sr. Deputado que me dissesse onde é que nós vamos cortar nas despesas correntes.
Eu deixo-lhe esse desafio para dizer-me, concretamente, valores significativos e onde é que nós vamos cortar nas despesas correntes.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes para dar esclarecimentos.
Deputado Fernando Lopes *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:
Dentro dos muitos cálculos que de facto eu fiz e que não trouxe para este discurso, está uma apresentação e uma análise deste Plano Médio Prazo que no fundo é um exercício simples de fazer, embora dificultado pela pouca clarificação de informação complementar apresentada.
Eu pura e simplesmente dividi neste Plano as verbas que respeitam ao passado, ou seja, aquelas que respeitam a consumos presentes e aquelas que representam o futuro.
É evidente que deve haver aqui uma margem de erro grande e que não tenho a informação toda...

Vozes da bancada do PSD: Ah! Ah!

O Orador: É evidente que não tenho e V. Exas. sabem e sabem tão bem que eu também pedi na Comissão de Economia e Finanças determinada informação e que não me obtive.

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: Mas mesmo com esta fraca informação, eu posso-lhes dizer que de facto classificamos estritamente este Plano e que dos 84,7 milhões de contos, só consegui encontrar 28 milhões de contos para investimento reais.

Vozes da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Srs. Deputados, nós chegámos à nossa hora regimental, no entanto há mais inscrições e daremos continuidade aos nossos trabalhos amanhã pelas 10:00 horas.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

Boa noite e muito obrigado.

(Eram 20:00 horas)

(Deputado que entrou durante a Sessão: ***CDS/PP -*** *Alvarino Pinheiro).*

DOCUMENTO QUE ENTROU NA SESSÃO

PROJECTO DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL

Proposta de Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 5/91/A de 8 de Março

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Considerando que a inexistência de Gabinetes Técnicos, na Região, vocacionados para a elaboração dos **Planos Municipais do Território (PDM),** num passado próximo, foi causa relevante para o atraso na adjudicação dos mesmos por parte dos Municípios dos Açores.

Considerando que, apesar dessa circunstância, todos os Municípios da Região adjudicaram já, e está em fase adiantada, a elaboração dos respectivos PDM's, os quais se encontram em fase adiantada;

Considerando que a data para a conclusão dos PDM's está já ultrapassada e sem relevância prática no momento presente;

Considerando que, dado o exposto, não tem cabimento nesta fase, a imposição de datas aos Municípios, imposição que só teria justificação numa fase anterior à adjudicação da elaboração dos PDM's.

Considerando que as datas fixadas no art.º 32.º do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, adaptado à Região Autónoma dos Açores pelo art.º 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 5/91/A de 8 de Março cuja alteração ora se propõe, são impeditivas da dinamização da actividade autárquica, que se pretende, principalmente no concernente a expropriações que hajam de efectuar-se.

Ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 20 do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores, os deputados abaixo assinados apresenta o seguinte:

Projecto de Decreto Legislativo Regional

Alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 5/91/A, de 8 de Março

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores decreta, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 229.º da Constituição e da alínea i(do n.º 1 do artigo 32.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o seguinte:

Artigo 1.º

O Artigo 6º do Decreto Legislativo Regional nº 5/91/A, de 8 de Março, passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 6.º

(Prazos)

Na Região Autónoma dos Açores as datas previstas no artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, entendem-se reportados a 31 de Dezembro de 1993 e a 1 de Janeiro de 1994.

Artigo 2.º

O presente diploma entra em vigor à data da sua publicação.

Horta, Sala das Sessões, 25 de Maio de 1993

Os Deputados Regionais, *Rui Pedro Ávila, Fernando Menezes, Carlos César e José Humberto Chaves.*

A Redactora de 2ª Classe: *Ana Cristina Bettencourt Marcelino*